

ROGÉRIA NUNES FRAGA

O SERVIÇO SOCIAL E O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: uma proposta de educação vinculada ao perfil das famílias atendidas.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Krystyna Matys Costa

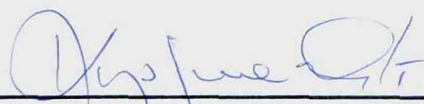
FLORIANÓPOLIS

2005/1

ROGÉRIA NUNES FRAGA

O SERVIÇO SOCIAL E O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: uma proposta de educação vinculada ao perfil das famílias atendidas.

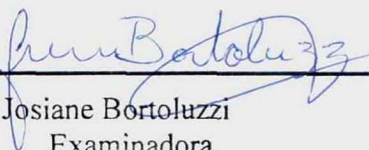
Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Krystyna Matys Costa
Orientadora



Cléa Duarte Raitz
Examinadora



Josiane Bortoluzzi
Examinadora

Florianópolis, julho de 2005.

“O que eu tenho não me pertence embora faça parte de mim. Tudo o que sou me foi um dia emprestado pelo Criador, para que eu possa dividir com aqueles que entram na minha vida”.

(Autor Desconhecido)

AGRADECIMENTO

Ao concluir esta etapa tão importante em minha vida, nada mais justo que agradecer a todos que estiveram ao meu lado e me ajudaram a concretizar este sonho.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por transformar este sonho em realidade e por ter me dado coragem e paciência para superar as dificuldades. Quando não tive mais forças para caminhar me carregou nos braços. A Ele, procuro consolo quando mais preciso e não me deixa desamparada em nenhum momento. Está sempre presente em minha vida, ajudando a superar as dificuldades. *Sem você não sou nada!!*

Aos meus pais, Lucilene e Rogério, vocês foram os responsáveis por minha existência, e mesmo com as eventualidades que a vida nos proporcionou, os admiro e respeito. A vida nos surpreende, mas quero que saibam. *Eu amo vocês !!*

Aos meus irmãos Rodrigo, Rafael, Daniela e Graziela, vocês são muito importantes em minha vida. *Amo vocês!!*

A minha tia Lúcia e seus filhos Maicon, Patrick e William, que me acolheram quando mais precisei, dando-me força para continuar nesta caminhada. *Obrigada por ter me dado conforto e amparo!!*

A minha amiga Michele que esteve ao meu lado, quando nossas vidas deram uma reviravolta, proporcionando para nós momentos de alegrias e tristezas, no qual acabou nós aproximando ainda mais. *Te adoro!!*

Às amigas Silene e Andréa Silva, nossa amizade começou na Universidade, mas com certeza perdurará por todos os dias de nossas vidas. Jamais esquecerei de nossas conversas, e o quanto nossa amizade é importante. *Sempre amigas!!*

Às amigas Patrícia, Roseli, Nalú, Renata, Franciny, que acompanharam meu desenvolvimento acadêmico, e que me proporcionaram momentos de reflexão, e muitos momentos alegres. *Vocês são incríveis.*

As amigas D. Maria, Eveline, Viviani, Claudete que aplaudiram minha vitória, e me deram coragem pra continuar a caminhada.

A toda equipe do Educandário Santa Catarina, por me acolherem e me darem a oportunidade de aprendizado, em especial a Salete, Cléia e Andréia.

A professora Carolina a quem me acompanhou nessas últimas fases da graduação e oportunizou meu aprendizado na vida acadêmica e profissional. *Muito obrigada !!*

Aos colegas do curso pelos momentos de reflexão, e de aprendizado. *Sentirei saudades de vocês.*

Enfim, as pessoas que estão presentes em minha vida e que fazem parte do meu crescimento profissional e individual me tornando uma pessoa mais feliz.

Muito Obrigada!!

FRAGA, Rogéria Nunes. **O Educandário Santa Catarina:** uma análise das famílias atendidas (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar o perfil das famílias atendidas no Educandário Santa Catarina, realizado a partir da análise documental das fichas de matrícula das crianças que são atendidas pela Instituição. Trazendo a realidade da instituição e das famílias que usufruem deste atendimento. Para análise dos dados coletados percorreremos como caminho teórico metodológico a apresentação do contexto histórico do Educandário Santa Catarina, na qual atende crianças de 0 à 6 anos em período integral proporcionando a educação e a construção da cidadania, destacando a trajetória do contexto histórico da família e das crianças, na conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde regulamenta o Estado como provedor da educação infantil. Para além será apresentado o perfil das famílias atendidas pela instituição e as políticas públicas que contribuem para auxiliar na reestruturação da família.

Palavras-chaves: modelos de família, criança, educação, cidadania, políticas públicas, Estatuto da Criança e do Adolescente e Serviço Social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição Familiar.....	51
Gráfico 2: Estado Civil.....	52
Gráfico 3: Idade dos Pais.....	53
Gráfico 4: Grau de Escolaridade.....	54
Gráfico 5: Número de Filhos.....	56
Gráfico 6: Renda Familiar.....	57
Gráfico 7: Emprego da Mãe.....	58
Gráfico 8: Emprego do Pai.....	59
Gráfico 9: Moradia.....	60
Gráfico 10: Estilo de Moradia.....	61
Gráfico 11: Número de Peças.....	62
Gráfico 12: Procedência das Famílias.....	62
Gráfico 13: Bairro São José.....	63
Gráfico 14: Bairro de Florianópolis.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO PARA CIDADANIA.....	12
1.1 Histórico da Instituição.....	13
1.2 Organização da Instituição.....	14
1.3 O atendimento das crianças na rotina da educação.....	19
1.4 O Serviço social na instituição.....	24
2 A FAMÍLIA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.....	28
2.1 Família: trajetória ao longo das transformações histórica.....	29
2.2 Criança: trajetória ao longo da conquista de políticas pública.....	34
2.3 O Estado e a família no contexto da educação.....	46
3 A FAMÍLIA NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.....	49
3.1 Perfil das famílias atendidas na instituição.....	49
3.2 Famílias e Políticas Públicas.....	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	77

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é requisito indispensável para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

O tema escolhido para este trabalho surgiu a partir da prática de estágio curricular obrigatório, realizada no período de julho a dezembro de 2004, no Educandário Santa Catarina.

O estudo apresentado tem como objetivo traçar e analisar o perfil das famílias atendida na instituição. Para o leitor compreender a escolha deste tema é interessante ressaltar que o Educandário Santa Catarina é uma instituição Sem Fins Lucrativos que tem como missão atender as crianças de 0 à 6 anos em período integral, proporcionando-lhes educação, alimentação, saúde e bem-estar social, orientando os primeiros passos das crianças, resgatando o prazer de aprender, a curiosidade, a criatividade, superando de forma lúdica as dificuldades escolares e familiares, buscando o desenvolvimento pessoal, físico intelectual das crianças com o objetivo de desenvolver a auto-sustentabilidade das famílias.

A estrutura do trabalho está disposta da seguinte maneira: no capítulo seguinte será apresentado o histórico do Educandário Santa Catarina, contextualizando o surgimento da instituição e qual sua missão, em seguida salientando como se dá o atendimento as crianças na rotina da educação e o trabalho do Serviço Social dentro da instituição.

No segundo capítulo, serão explicitados os modelos de famílias na trajetória ao longo das transformações histórica, apresentando sucintamente o modelo de família construído em cada época chegando até a modernidade, na qual a família tornou-se instituição social, protegendo seus membros. Além disso será apresentada a trajetória do conceito de criança na conquista de políticas públicas, caracterizando como esta população era vista pela sociedade e

como consolidou a Lei que regulamentou o Estatuto da Criança e do Adolescente¹. Garantindo as crianças e adolescentes o reconhecimento na família, na sociedade e no Estado como sujeitos de direitos e deveres.

No terceiro capítulo será apresentado os dados sobre o perfil das famílias atendidas no Educandário Santa Catarina, elaborados a partir da análise documental das fichas de matrícula das crianças que freqüentam a instituição, no período do segundo semestre de 2004. Estes dados irão mostrar uma realidade diferenciada da realidade de família de baixa renda brasileira, com números significativos para especificar a qualidade da instituição, bem como qual a realidade da família que o Educandário Santa Catarina atende. Serão apresentadas algumas considerações referentes ao processo de construção deste estudo, analisando os resultados adquiridos na pesquisa de campo referentes às famílias atendidas no Educandário Santa Catarina, enfatizando a importância do Serviço Social dentro da instituição.

¹ Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e o adolescente.

1 O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA: UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO PARA CIDADANIA

No presente capítulo será abordado o histórico do Educandário Santa Catarina, o atendimento prestado as crianças e o papel do Serviço Social na instituição.

A instituição começou sua missão atendendo as famílias em especial a criança filhos de portadores de hanseníase, com a descoberta da cura deste mal, a instituição passou a atender a comunidade local, em especial as famílias de baixa renda.

Atualmente a missão do Educandário Santa Catarina é investir na educação de crianças entre 0 à 6 anos em período integral, em parceria com a família, a comunidade e o Estado.

A instituição está classificada no Terceiro Setor (Instituição Sem Fins Lucrativos), prestando atendimento as crianças, visando oportunizar o prazer em aprender, com o objetivo de desenvolver ações para a construção da cidadania e da personalidade dessas crianças que freqüentam a instituição.

Como cada faixa etária possui característica específica de aprendizado o Educandário Santa Catarina, tem salas separadas que correspondem aos Berçários, Maternais, Jardins e Prés, com professoras e monitoras qualificadas para ensinar.

O Serviço Social realiza dentro da instituição atendimento psico-social a pais, alunos e funcionários, oportunizando a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar. Elabora junto com a instituição projetos sociais. Um dos papéis que o Serviço Social realiza é dar orientação dos direitos e deveres em especial as famílias das crianças atendida pela instituição.

1.1 Histórico da Instituição

Segundo documentos registrados (Relatório)¹, em 12 de dezembro de 1936 foi formada em Santa Catarina a Sociedade de Assistência aos Lázaros², tendo como sua fundadora a Sra. Eunice Weaver. A instituição é conhecida pelo seu nome fantasia Educandário Santa Catarina, que teve como objetivo inicial dar aos Lázaros assistência mais humana, esperança, conforto, e às crianças nascidas com estigma, saúde, alegria.

A finalidade específica da instituição era atender as crianças sadias, filhas de hansenianos, cujos pais, acometidos pelo mal de hansem estivessem internados no Hospital Santa Tereza.

O Educandário Santa Catarina teve sua pedra fundamental lançada em 19 de novembro de 1939. No ano de 1940, a Colônia Santa Tereza devia ser inaugurada para os doentes do mal de Hansen. Por algumas eventualidades a Colônia não pode ser inaugurada, desta forma a Sociedade de Assistência aos Lázaros providenciou a instalação do Previdenciário de Emergência, que funcionou até a inauguração do Educandário Santa Catarina, em um prédio situado no bairro da Pedra Grande em Florianópolis, cedida pelo Interventor Nereu Ramos.

No dia 26 de janeiro de 1941 foi inaugurado o Educandário Santa Catarina situado na Rua João Grumiché dentro da comunidade do Roçado, município de São José-SC, embora todas as obras não estivessem concluídas. Em 1946 o Educandário tinha em seu atendimento

¹ O Relatório é uma documentação que apresenta sucintamente anualmente o trabalho desenvolvido pelo Educandário Santa Catarina, nele estão contidos algumas informações do contexto histórico da instituição. Relatórios decorrentes dos anos de 1992 a 2004.

² Lázaros – é utilizado para se referir as pessoas portadoras de hansem.

matriculado 120 alunos no ano seguinte subindo para 215 crianças. Novos pavilhões foram construídos, entre outras obras, para melhor atender as demandas da comunidade.

Numa destas obras passou a funcionar uma Creche que recebia os filhos sadios do hanseniano, estes passavam a freqüentar o Educandário Santa Catarina logo depois de nascer na Colônia Santa Tereza. Era oferecido a essas crianças um jardim de infância, curso elementar, corte e costura, trabalhos domésticos, bordados, jardinagem e pequena lavoura.

O Educandário Santa Catarina era um internato para os filhos dos hansenianos. Muitas das crianças que nesta instituição foram criadas, voltaram depois de formadas para trabalhar na casa que as abrigou.

Com o passar dos anos e o avanço da medicina, foi descoberto o tratamento para hanseníase, o tratamento pôde ser feito em casa, sem o trauma da separação familiar.

No ano de 1965 falece a fundadora da Sociedade de Assistência aos Lázarus, e a instituição passou a se chamar Sociedade Eunice Weaner. Em 1979 o Educandário Santa Catarina deixou de atender como internato e a missão da entidade passou a ser atender crianças carentes de 03 meses à 06 anos.

1.2 Organização da Instituição

A instituição está classificada no Terceiro Setor³ (Instituição Sem Fins Lucrativos), seu atendimento é em período integral, investindo na educação, sempre em parceria com as famílias e a comunidade, contribuindo para a formação de futuros cidadãos,

³ O Terceiro Setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam.

possibilitando aos pais desenvolver um trabalho remunerado, para manutenção de sua família. Propiciando a essas crianças uma melhor qualidade de vida.

Segundo Paz (1997. p, 198), as Instituições Sem Fins Lucrativos são:

[..] organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. Caracterizam-se por serem autônomas diante do Estado, das igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo.

O Educandário Santa Catarina é formado por uma Diretoria Executiva com os seguintes cargos: Presidente, Vice - Presidente, segundo Vice – Presidente, 1ª Secretaria, 2ª Secretaria, 1ª tesoureiro, 2ª Tesoureiro. Consta um Conselho Deliberativo com um Presidente e conselheiros respectivos; Conselho Fiscal com membros efetivos e suplentes e comissão técnica com membros respectivos.

Por ser uma Organização Não Governamental (Instituição Sem Fins Lucrativos), de idoneidade comprovada, possui registro⁴ junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, entre outros, e Certificado de Filantropia.

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de nº. 8.742/93, que dispõe sobre a organização de assistência:

As ações na área de assistência social são organizadas em um sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social [...] (artigo 6º) e que [...] consideram-se entidades e organizações de assistência social que prestam, sem fins lucrativos,

⁴ Os Registros do Educandário Santa Catarina são: Na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Santa Catarina, GEPRE/DIFM sob o número 058/93, de 24 de dezembro de 1993; Na Prefeitura Municipal de São José, na Inscrição Municipal de Entidades Comunitárias (IMEC), sob o número 00/94; No Conselho Nacional de Serviço Social, com registro número 231.061/75, de 14 de julho de 1975; Como personalidade jurídica, registrado sob o número 860, livro número LF-12, página 68, Cartório de Títulos e de documentos de Florianópolis, em 5 de setembro de 1970; Declarado Utilidade Pública Municipal em Florianópolis, de acordo com a Lei 1.174, de 16 de outubro de 1973; Declarado Utilidade Pública Estadual e Federal, Lei Estadual 4.901, de julho de 1973.

atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos, (artigo 3º).

O Educandário Santa Catarina, conta com parcerias e campanhas para manter seus objetivos principais, que são maior qualidade de vida das crianças carentes, e acompanhamento pedagógico até a iniciação escolar (ensino fundamental).

Dentre essas parcerias, existem convênios com:

- Prefeitura Municipal de Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação (disponibiliza professores, repassa verbas e merenda para as crianças).
- Prefeitura Municipal de São José: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social.
- Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria do Estado da Saúde e Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania.
- FIA – Fundo da Infância e da Adolescência, criado pelo governo federal - é um mecanismo que permite a substituição de parte do imposto a ser recolhido por uma contribuição financeira às instituições habilitadas, como é o caso do Educandário, sem qualquer desembolso adicional.
- O Instituto Voluntários em Ação - IVA, responsável pelo cadastramento e encaminhamento de pessoas que buscam um campo de desenvolvimento de trabalho voluntário, tem sido parceiro do Educandário, capacitando voluntários e encaminhando-os para a entidade.
- O setor privado também faz parte dessas parcerias através de contribuições mensais ou periódicas.

Os setores de Serviço Social e Pedagógico em conjunto, dão vida à missão da instituição, de atender e educar as crianças, pois esses são os seus objetivos comuns. O

primeiro é responsável pelo atendimento às crianças, e o segundo, pelos processos educacionais desenvolvidos pela instituição. Nesta perspectiva apresentaremos sucintamente todos os setores (ANEXO-A) que dão sustentação ao trabalho desenvolvido no Educandário Santa Catarina:

- **Serviço Social:** o setor realiza atendimento psico-social a pais, alunos e funcionários, bem como encaminhamentos pertinentes à demanda, oportunizando a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, realizando inscrições para solicitação de vaga, matrículas, desligamento das crianças, visita domiciliar, elaboração e execução de projetos sociais.

- **Pedagogia:** o setor realiza acompanhamento pedagógico a professores e auxiliares, acompanhamento a projetos, atividades extra-classe, como parada pedagógica que tem como objetivo oferecer palestras a fim de auxiliar as praticas vividas na instituição e aprofundar as relações interpessoais, buscando maior coesão entre o grupo.

- **Saúde:** este setor compreende o atendimento Ambulatorial e Odontológico, no atendimento ambulatorial temos uma técnica de enfermagem, que faz o atendimento de primeiros socorros; verificação da medicação diária auxilia ao atendimento médico, divulgação de campanhas de vacinas, contatos com famílias em caso de doença, elaboração e envio de mapas para prefeituras, solicitação de materiais junto a Prefeitura Municipal de São José. O atendimento Odontológico é realizado por um odontólogo voluntário, que desenvolveu um projeto específico de prevenção, onde usou o método de escovação e aplicação tópica de flúor semanal e tratamento curativo.

- **Manutenção/Alimentação:** uma alimentação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da criança. Para a Instituição, essa é uma tarefa primordial, sobretudo

porque as crianças atendidas vivem em uma realidade bastante difícil. Compõe este setor os serviços de cozinha, costura e reformas, serviços gerais, lavanderia e zeladores.

- **Financeiro/Secretaria:** neste setor são desenvolvidas ações de gerenciamento, recepção, envio e arquivamento de documentos, controle e acompanhamento da liberação dos recursos e prestação de contas de convênios; registro de receitas e despesas, emissão de recibos, controle bancário, extratos e emissão de cheques; emissão de carnê de sócio contribuinte e controle de pagamentos através de extratos bancários; orientação para admissão e demissão de funcionários, verificação e correção da folha quando necessário.

- **Eventos/Realizações:** os eventos se tornaram além de fontes de recursos, meios para prática da solidariedade e convivência com a comunidade e grupos de serviços.

A missão da Instituição pauta-se no investimento na educação da criança em parceria com a família, a comunidade e o Estado, como parte fundamental do desenvolvimento infantil. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 53 “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

A partir do atendimento prestado pelo Educandário Santa Catarina, e principalmente, por conta das questões sociais enfrentadas pelas famílias, viu-se a necessidade de realizar ações que visassem orientá-las, e assim proporcionar a melhoria da qualidade de vida destas famílias, que tem seus filhos matriculados no Educandário Santa Catarina.

No contexto geral da sociedade não se pode negar a importância da família, tanto no nível das relações sociais, nas quais ela se insere, quanto no nível da vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre o indivíduo e sociedade que aprendemos a perceber o mundo e a situarmos nele. (REIS 1985 p. 99).

A instituição tem um atendimento sócio-educativo, tem como missão atender as crianças, zelando pela sua educação, oportunizando a iniciação escolar. Educar para promover a essas crianças a possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

1.3 O atendimento das crianças na rotina da educação

Segundo Pereira, Foracchi (1979 p. 42).

“A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine”.

O Educandário Santa Catarina visa a orientar os primeiros passos das crianças, oportunizando o prazer de aprender, a curiosidade, a criatividade, superando de forma lúdica as dificuldades escolares, buscando o desenvolvimento pessoal, físico e intelectual das crianças com objetivo de desenvolver a auto-sustentabilidade das famílias, induzindo responsabilidade, equilíbrio emocional e o comprometimento dos pais destas crianças.

Segundo Haguette (1992), a educação se realiza na sociedade e representa ao mesmo tempo, um direito e um dever individual e coletivo, pois ela se confunde com o viver humano. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Art. 53: *“a criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...”*.

O Educandário Santa Catarina atende 514 crianças, cerca de 480, com idade de 0 a 06 anos, recebem atendimento de educação infantil, e 34, com idade de 07 anos, recebem

educação complementar. As crianças que freqüentam a instituição são de diversas localidades, do município de Florianópolis e São José, tais como: Abraão, Fátima, Chico Mendes, Monte Cristo, Morro da Caixa, São Luís, Floresta, Campinas, Kobrasol, Roçado e Praia Comprida, além do município de Palhoça.

As crianças de 0 a 06 anos apresentam questionamentos e necessidades de respostas principalmente sobre as relações humanas e as diferenças que vivencia no dia-dia, através da relação com outras pessoas e o ambiente em que vive.

Cada faixa etária possui condições específicas e diferenciadas, relacionadas às características e também à sua vivência cultural. Por cada faixa etária possuir uma característica diferente, as salas do Educandário Santa Catarina são divididas em turmas que corresponde, as crianças de 0 a 3 anos, ficam instaladas na Casa dos Colibris dividida em: Berçário I para as crianças de 0 anos, o Berçário II para as crianças de 1 ano, os Maternais I para as crianças de 2 anos e os Maternais II para as crianças de 2 anos e meio. Neste prédio também consta uma cozinha, um refeitório e uma sala de enfermagem, onde as crianças são medicadas caso seja necessário.

Nas outras instalações, onde é costumeiro ser chamada de Creche de baixo funcionam os Maternais III para as crianças de 3 anos, os Maternais IV para as crianças de 4 anos, os Jardins para as crianças de 5 anos, os Prés para as crianças de 6 anos e as crianças de 7 anos que freqüentam a educação complementar. Neste ambiente estão a cozinha, o refeitório, a lavanderia, a enfermaria, a sala odontológica, a sala médica, a secretaria e a direção do Educandário Santa Catarina.

O terreno onde esta localizada o Educandário Santa Catarina é de proporção extensa⁵, comparado com a realidade de várias instituições. As crianças têm a possibilidade de usufruir deste ambiente de maneira que podem brincar, e ao mesmo tempo estar aprendendo, pois estão em convívio com a natureza (boi, vaca, horta e uma diversidade de plantas e arvores). A instituição atende a famílias de diversas localidades, sendo que e a realidade de vida de muitas dessas crianças está no fato de que residem em um ambiente no qual não há espaço físico para brincarem, onde as casas não têm um terreno livre, pois a população que o Educandário Santa Catarina atende são famílias que vivem em bairros de periferia.

As professoras e monitoras⁶ de sala promovem atividades onde se estimula a criatividade, a efetividade, a cooperação e a construção da autonomia na criança. Brincando, a criança vai pouco a pouco organizando suas relações emocionais, aprendendo a se conhecer melhor e a conhecer e aceitar a existência dos outros. Refletir acerca do espaço em que se dará a atividade, como serão ocupados os materiais, objetos, a disposição do mobiliário. Incluídas no planejamento estas reflexões precisam prever as possibilidades de interações sociais, se individuais ou coletivas, ou se em grupos e como se dará a formação desse grupo.

As brincadeiras e situações criadas pela criança a partir da estruturação do espaço e do tempo envolvem o planejamento, a preparação, a organização dos espaços, materiais e equipamentos, de modo que as crianças entre si ou na companhia dos adultos possam criar e envolver-se em situações desafiadoras. (WIGGERS, 2000, p. 121)

Ao freqüentar um Centro de Educação Infantil a criança aumenta a possibilidade de contatos diversificados no novo espaço que freqüenta. Nessa fase é necessária a sua

⁵ A extensão é aproximadamente de 237.530,22 m².

⁶ As professoras e monitoras são distribuídas conforme o número de crianças em sala, geralmente é um professor e um monitor quando a idade em que a criança apresenta, necessita de mais atenção (berçário, maternal).

adaptação e a construção de outro(s) vínculo(s), de outra qualidade, agora não só da família, mas da educadora e outras crianças, e esse fator se torna condição importante para ampliação das novas vivências culturais.

É nessa convivência que as crianças começam a construir sua identidade no contato com o meio, na construção do grupo a que pertence, na relação com os conhecimentos e valores.

Segundo Machado (1998) o pedagógico não reside na atividade em si, mas na possibilidade de a criança interagir, de trocar experiências e partilhar significados. A construção da identidade é um processo contínuo que tem início na identificação do seu eu e que evolui pelo resto da vida de acordo com as relações que cada indivíduo elabora entre o seu mundo externo e interno.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 15: *“A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”*.

O aprendizado e a aceitação das regras contribuem para formação das crianças como cidadãos, assim podem se desenvolver como pessoas autônomas e responsáveis.

A cidadania deve ser entendida como uma verdadeira prática de reivindicação, que mediante a apropriação de espaços para fazer valer seus direitos torna-se necessária como fundamento de uma nova ordem social, encontrando um cenário favorável na democracia participativa, em cuja essência se encontra a supremacia da vontade dos cidadãos, no sentido de que, se o único poder legítimo é o emana da vontade dos cidadãos, a participação representa a expressão da liberdade assegurada. (KINOSHITA, 2002, p.35),

No Educandário Santa Catarina a criança vive em situação cooperativa com as professoras, monitores de sala, com os colegas de sala e funcionários, pois a troca e a progressiva articulação do convívio educacional, acabam resultando num trabalho em comum.

Organizar e desenvolver hábitos de higiene faz parte no planejamento de aula das professoras. Segundo Devires e Zan (1998), as professoras podem organizar atividades com as crianças, através de ações (mentais e concretas), podendo construir conhecimentos de diversas naturezas como: Conhecimentos Físicos, Conhecimentos Lógico-matemáticos, Conhecimentos Sociais. É necessário que o educador planeje as atividades oferecidas, que forneça às crianças os materiais necessários para realização e, sobretudo, esteja presente, ouvindo as crianças e auxiliando-as, pois somente assim ele poderá compreender o desenvolvimento das crianças e planejar atividades cada vez mais adequadas às necessidades das crianças. Uma das atividades pode ser a brincadeira, pois brincando as crianças aprendem e acabam passando esse aprendizado para as famílias, articulando-o no ambiente familiar e fora dele como, como a importância de reter hábitos higiênicos.

Muitas dessas crianças convivem mais dentro da instituição do que com suas famílias. É com o desenvolvimento educacional, que as crianças vivenciam uma situação na qual o conhecimento social é possível de serem apropriados, construídos, reconstruídos e elaborados. Cabe ao professor possibilitar que a criança vivencie uma variedade de situações que sejam significativas, para o convívio social na qual esta inserida.

A família é a responsável na construção social de seus filhos, tem um papel de estar inserida no contexto social, articulando de maneira direta na formação social em especial na participação da vida escolar do seu filho. Os pais são parte indispensável na história de cada criança, na compreensão do seu comportamento, da sua evolução. Devem ser colaboradoras do processo educacional.

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTO, 1997, p.120)

O processo de construção da personalidade traz como necessidade fundamental a expressão do eu. Em cada etapa do desenvolvimento a relação da criança com o meio é diferente, e por isso a necessidade de planejar o meio, estruturar o ambiente.

1.4 O Serviço social na instituição

O atendimento social no Educandário Santa Catarina iniciou-se com o trabalho das damas da sociedade e atuação das freiras, através da prestação de serviço para a assistência humana, oferecendo esperança e conforto.

Com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de profissionais habilitados na área de Serviço Social, pois os mesmos são qualificados para orientar os cidadãos na busca de direitos, saindo das tarefas assistencialistas. Segundo Iamamoto (1998, p. 69), *“O assistente social é um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade”*

O Serviço Social é uma atividade que surgiu e se desenvolveu com a preocupação de valorizar o homem, seja individualmente, em grupo ou em comunidade. É uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, que tem como objeto a questão social e suas múltiplas refrações. O profissional atua junto aos processos de redução das desigualdades sociais, que submetem classes, grupos e indivíduos a situações de exclusão e vulnerabilidade social.

O Serviço Social no campo da educação, consiste na aplicação de técnica específica, visando proporcionar ao educando os meios necessários à sua educação, integral, através da atuação junto à família, à escola, à comunidade. (COELHO, 198-, p 34)

Atualmente as ações do Serviço Social dentro do Educandário Santa Catarina focalizam a realidade de cada família nas suas necessidades individuais e coletivas, tendo como missão realizar atendimento psico-social a pais, alunos e funcionários, oportunizando a melhoria da qualidade de vida.

O Serviço Social no Educandário Santa Catarina tem um papel importante: é propor à população atendida, em especial as famílias das crianças, uma maior orientação de seus direitos e deveres fazendo com que o direito do “ser cidadão” seja cumprido.

Uma dessas orientações são através das reuniões realizadas para os pais, as reuniões acontecem mensalmente com temas abordados referentes a vários assuntos que estão no dia-dia da família e da instituição, que necessitam ser discutidos. As palestras são administradas por profissionais de diversas áreas sempre com temas⁷ diversificados.

O Serviço Social se faz presente em toda instituição desenvolvendo o seu trabalho no nível de atendimentos aos funcionários, professores, crianças, familiares e a comunidade que vem a procura do atendimento da instituição. Um dos programas desenvolvidos é a parada pedagógica⁸. O Serviço Social esta sempre orientando ou esclarecendo dúvidas para qualquer pessoa que dele necessitar.

⁷ Os temas têm diversidades como : saúde, higiene, sexualidade das crianças, esclarecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o papel do Conselho Tutelar, entre outros.

⁸ As paradas pedagógicas acontecem mensalmente, sempre com intuito do crescimento do grande grupo de profissionais que compõe o Educandário Santa Catarina.

O Serviço Social no Educandário Santa Catarina é procurado pelas famílias da comunidade local, que vêm até a instituição para fazer inscrição a fim de conseguir uma vaga para suas crianças, pois a instituição atende as crianças de 0 à 06 anos em período integral.

O atendimento prestado pelo Serviço Social é: inscrição para solicitação de vagas; matrículas; desligamento; rematrícula dos alunos; encaminhamentos diversos às famílias a partir das necessidades apontadas, visitas domiciliares, atendimento aos professores e funcionários, elaboração e execução dos projetos sociais.

O Serviço Social dentro do Educandário Santa Catarina visa atender a problemas, sendo que um deles é o financeiro. Por ser uma instituição sem fins lucrativos que sobrevive de doações, passa hoje uma grande dificuldade a de manter-se financeiramente. A instituição organiza vários eventos para conseguir verbas. Um desses eventos que se tornou anual, e está na 8º edição, é o Educandário Fest.

Um dos trabalhos que o Serviço Social realiza é esclarecer as famílias, e orientando-as sobre a negligência dos pais perante seus filhos, pois a instituição acaba sendo um depósito para muitas crianças.

A negligência decorre de fatores culturais e privações sócio- econômicas. Grande parte desta negligência é conseqüente do baixo nível de vida, que fazem com que esses pais passem grande parte do seu tempo trabalhando para trazer o sustento da casa, e acabam por não dar a atenção devida a seus filhos. Vão para o trabalho cedo, deixam a criança na creche, voltam cansados e ainda com várias atividades para serem exercidas dentro de casa. A falta de tempo para consigo e para os filhos acaba interferindo na construção da identidade da criança, pois a mesma passa mais tempo na instituição do que com a família, muitos de seus valores são construídos dentro do ambiente em que a criança mais freqüenta, neste caso o Educandário Santa Catarina.

A negligência é a omissão ou inadequação de atendimento às necessidades básicas por parte de pais ou responsáveis em relação às crianças/adolescentes, nas áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção.(AZEVEDO & GUERRA 1996, p. 54).

O Serviço Social e a instituição exercem uma Ação Educativa junto às crianças e seus familiares, especialmente nas áreas de saúde, higiene, noções de cidadania, esclarecendo que é importante os pais estarem participando das atividades desenvolvidas pela instituição, pois a família deve estar envolvida na vida escolar de seus filhos.

Segundo LIMA (2004, p.12)

As ações sócio-educativas podem ser desenvolvidas tanto em caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e lutas de classe trabalhadora, contribuindo para reconstrução das relações sociais ao reproduzir os valores ético-políticos, os modos de pensar e agir dessa classe, o que implica na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia.

O Serviço Social realiza as ações sócio-educativas de acordo com os compromissos ético-políticos da Instituição na perspectiva da defesa, garantia e efetivação dos Direitos das famílias, das crianças, professores e funcionários que compõe a estrutura do Educandário Santa Catarina.

2 A FAMÍLIA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo serão apresentados o contexto histórico da família e a conquista das crianças na trajetória das políticas públicas.

A família vem sofrendo modificações ao longo do tempo, no decorrer dessas mudanças tivemos vários modelos de famílias: a patriarcal, a matriarcal, a escrava da época colonial, a aristocrática, a camponesa, a família proletária e a burguesa, cada uma situada em uma época específica.

Essa mudança da família em termos de sociedade é importante para a realização do objeto de estudo no qual será exposto no próximo capítulo. É importante refletir que com as mudanças ocorridas na sociedade e as modificações que foram atribuídas às famílias ao longo da história, tornaram-na uma instituição social, responsável pela formação e proteção de seus membros.

Ao longo da história as crianças tiveram que percorrer um caminho para serem consideradas como sujeito de direito. Neste contexto histórico as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, não tinham direitos, não havia o sentimento pela criança, não era entendida como ser social.

A sociedade e a família passaram a cuidar da criança como um ser social, mas para chegar até esta colocação, foram várias as conquistas. No Brasil, um dos marcos desta nova percepção do ser criança deu-se com a construção e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 13 de julho de 1990 Lei federal nº. 9069/90, sendo considerada um avanço nos campos jurídico e social em termos de concepção, independente de sua condição de classe, etnia e cultura. O Brasil passou a considerar as crianças como sujeitos de direitos e deveres, mesmo com legislações atuantes as crianças ainda sofrem

descaso pela sociedade e pela família e pelo Estado, já que não fiscaliza, nem investe recursos suficientes resultando no não cumprimento da Lei (ECA).

2.1 Família: trajetória ao longo das transformações histórica.

No decorrer do contexto social e cultural as famílias são formadas e organizadas com diferentes atribuições sofrendo modificações ao longo da história.

A família esteve associada a constantes interações, sofrendo e impondo ações e reações com os sistemas, passando a desenvolver vários modelos marcantes no decorrer da produção científica, como: a família patriarcal, a matriarcal, a escrava da época colonial, a família aristocrática e camponesa (dos séculos XVI e XVII), a família proletária e a família burguesa (do século XIX) e ainda os modelos de família nuclear e monogâmica.

No século XV a família era

[...] uma realidade moral e social, mais do que sentimental [...]. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentido provocado pelas antigas relações de linhagem. (ARIÈS apud SZYMANSKI, 2000, p. 24).

Em cada época a família foi sofrendo modificações na sociedade, na economia, na religião, na escola e com o próprio indivíduo, modificando-se conforme o contexto social.

A família escrava caracterizou-se pela perda do vínculo dos seus elementos. Os povos indígenas tornaram-se um interesse para a exploração dos colonizadores europeus, que viam nesses povos a mão-de-obra escrava, pois os mesmos tinham conhecimento da terra. A escravidão seguia a divisão sexual, mulheres e crianças faziam trabalhos de plantio e colheita, enquanto os homens eram usados como transporte das cargas. Como os índios conheciam muito bem as terras brasileiras e não deixaram seus costumes, valores e crenças ser

modificados pelos colonizadores passaram a ser um problema, pois estes povos passaram a fugir e lutarem guerreando para garantir a liberdade.

Como os colonizadores não conseguiam mais escravizar os índios, buscaram nos povos africanos uma forma de exploração, este povo vindo de outra terra teria que se submeter a servir de mão-de-obra escrava, sendo que a organização familiar africana nesta época era ignorada, estes sendo escravizados sofriam violências de seus senhores, perdiam suas culturas, conseqüentemente suas normas sexuais e familiares gerando o enfraquecimento das relações familiares. Eram como mercadoria, sendo comprados ou vendidos, a sociedade não considerava os escravos como seres humanos eram severamente massacrados pelas leis e ideologias escravistas desta época, eram tratados como simples mercadoria.

Nesta mesma época tínhamos a família patriarcal, que se distinguiu pelo tradicionalismo, presença marcante do moralismo e do controle sexual, o homem na figura masculina era considerado o chefe da família que normalmente vivia em regime polígamo. Segundo Arantes (1994, p. 15) *“família patriarcal, um tipo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais”*.

A família matriarcal era aquela chefiada pela mulher, sendo esta responsável pelos cuidados das atividades domésticas e pela responsabilidade de cuidar dos filhos.

No modelo de família Aristocrática as pessoas viviam em castelos, não permitiam privacidade entre seus membros, patrões, crianças, parentes e criados havia ausência de corredores e cômodos pela casa onde, formava um verdadeiro grupo social rigidamente hierarquizado. A terra era de grande importância e valorizada. A estirpe era um fator determinante na relação de parentesco. Conforme mostra Ribeiro (1999, p. 105), *“o casamento*

era antes de tudo um ato político, um arranjo de convivência, cujo objetivo primeiro era manter intacta a propriedade, logo, não tinha a ver com amor e sexo”.

A família aristocrática vivia em péssimas condições sanitárias, condições essas que contribuía para o aumento da taxa de mortalidade infantil. Neste período não havia sentimento de família, nem de infância. As crianças eram entregues aos cuidados de empregados, os bebês eram amamentados pelas amas-de-leite e tão pouco tinham contato com seus pais. O modelo educacional destas crianças era baseado no castigo físico, que tinha o objetivo de desenvolver sentimentos de vergonha no punido.

A família aristocrática não atribuía valor algum à privacidade doméstica, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos. Os homens dedicavam-se às guerras e as mulheres à vida social, renunciando os cuidados da vida doméstica e aos cuidados dos filhos. Havia uma hierarquização, estabelecida pela tradição entre os membros da casa. A família cumpria a função de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não implicava envolvimento afetivo e não tinha idéia de função educativa.

O modelo de família camponesa era caracterizado como sendo nuclear, um grupo social ligado por laços de dependências, pois viviam em aldeias, apesar de cada um ter seu espaço tudo era feito em comunidade.

As crianças eram cuidadas pela comunidade, dependiam desta, e não dos pais, pois neste contexto, a mãe passou a ter o papel de amamentar seus filhos, mas não havia um vínculo emocional. A presença da mulher no trabalho do campo a tornava menos atenciosa aos cuidados de seus filhos. A ligação entre família e sociedade esse tipo de coletividade não permitia a solidão e a intimidade, não existia a privacidade.

Tanto na família aristocrática como na família camponesa havia uma alta taxa de natalidade e mortalidade devido às más condições de higiene. Assim como na família

aristocrática, as crianças eram punidas com castigos físicos para seguirem normas da comunidade.

O modelo de família proletária deu-se com o surgimento da revolução industrial no século XIX onde se constituiu o período industrial.

A indústria causou a migração de muitas famílias ou jovens que trabalhavam em conjunto nos campos, sem remuneração, visando apenas à conservação da propriedade e à sobrevivência dos membros da família. Eles se depararam com uma forma de organização relacionada ao crescimento e realização dentro de várias profissões remuneradas.(NUNES, 2002, p. 11).

A vida da família foi caracterizada por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo, vivia sob condições de extrema pobreza, penúrias sociais e econômicas. As pessoas trabalhavam em fábricas com jornadas que variavam de 14 à 17 horas, todos da família trabalhavam, as crianças também trabalhavam nas fabricas, começavam suas jornadas de trabalho a partir dos 10 anos.

As crianças na maioria das vezes eram criadas por parentes ou vizinhos, pois os pais não tinham tempo para dedicar-se à educação dos filhos. Muitas das crianças das famílias proletárias cresciam largadas pelas ruas e bairros, compondo, neste século, os primeiros índices da problemática de crianças em situação de rua.

Na metade do século XIX houve um segundo estágio da família proletária. A mulher passou a ficar mais em casa cuidando de seus filhos, gerando um envolvimento emocional entre mãe e filho.

A família passou a assumir uma função moral e espiritual, a criança passou a ser valorizada e cuidada. Houve a preocupação na educação dos filhos. A escola passou a ser valorizada como educadora para as crianças, passando a executar as funções que antes eram realizadas nas casas de famílias por criados, parentes ou mesmo a comunidade local.

[...] antes da família burguesa o cuidado com as crianças acontecia no espaço público; após o fechamento da família, o cuidado das crianças passa a ocorrer no espaço privado, e só ganha domínio público quando a família não dá conta de sua tarefa. (REIS 1985, p.48).

O terceiro estágio deu-se no século XX, a família operária mudou-se para o subúrbio. O vínculo de comunidade foi rompido, a família passou a isolar-se, tornou-se uma sociedade fechada. A mulher teve seu papel no cuidado do lar, a família passou a valorizar a domesticidade e a privacidade. A educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade.

A família burguesa surge em meados do século XVIII na Europa, criando novos padrões de relações familiares. No século XIX ela se torna um modelo dominante. Com a industrialização a sociedade passou a desenvolver-se em várias áreas como, tecnológica, científica, humana, sociológica, entre outras.

Com a industrialização e o surgimento da burguesia as famílias começaram a manter a sociedade à distância e a casa passou a ser um lugar privado da família, sendo organizado com cômodos separados descrevendo a intimidade e isolamento de cada indivíduo. Uma das principais características da família burguesa foi o fechamento da família em si, separação entre o público e o privado.

O papel de homem e mulher ficou bem definido, a mulher ficou responsável pela vida doméstica e educação dos filhos, a esposa chefiava a casa, o esposo dava subsídios econômicos, só os homens trabalhavam fora.

Os filhos passaram a ser dependentes dos pais, o aleitamento materno passou a ser valorizado, mãe e filho obtiveram um envolvimento emocional. Novos padrões de higiene foram utilizados.

Com a reforma dos costumes no século XX surge a família contemporânea, nuclear, formada por pai, mãe e filhos. Este modelo foi considerado universal durante um

longo período. A sociedade passou a se constituir através de seus valores, padrões e culturas próprias. Segundo Reis (1985), a família nuclear burguesa foi o modelo naturalizado e universalizado em nossa sociedade, pela elite dominante até a contemporaneidade.

Com a modernidade à família voltou-se para a questão do cuidado com as gerações futuras, o que trouxe diferentes formas de compreensão e tratamento à família, que passou a ser responsabilizada pela socialização de seus membros, as crianças.

A família tornou-se a responsável pela formação de seus elementos, garantindo um espaço do pleno desenvolvimento e proteção dos seus membros, desempenhando papel fundamental na educação de base, na valorização da pessoa humana, na iniciação à cultura e na garantia de direitos e de sobrevivência.

[...] A família é sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da história, as funções de unidade de produção econômica e de participação política teria função básica de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. (AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 54)

A família tornou-se uma instituição social, modificada ao longo da história pelas relações humanas, onde se encontra sempre em movimento de acordo com a estrutura social na qual esta inserida, alterando seus arranjos familiares, reconstruindo-se a partir das relações com seus próprios membros e com o meio social no qual está inserida.

2.2 Criança: trajetória ao longo da conquista de políticas pública.

Ao longo do contexto histórico e social a criança teve uma trajetória para conquistar um espaço na sociedade, para ser atendida e entendida como um ser social, conquistando alguns direitos. Para a compreensão desta conquista, a literatura internacional e

nacional, nos mostra como eram vistas as crianças pela sociedade desde a antiguidade, por volta do século XII às crianças eram consideradas um sujeito de força dominadora e disciplinadora do adulto, sendo que era o adulto que tinha a missão de educar. Os pais tinham o total poder sobre seus filhos, seres considerados “pequenos” e “frágeis”.

Segundo Áries (1981) antes do século XVI, a sociedade desconhecia a infância não admitia a existência autônoma da mesma como uma categoria diferenciada do gênero humano, nem mesmo a arte tentava representá-la. Durante toda Idade Média até por volta do século XVII, à criança era tratada como um adulto em miniatura, usava o mesmo estilo de roupas, participavam dos mesmos jogos e brincadeiras, inclusive brincadeiras sexuais. Os adultos discutiam livremente suas vidas particulares em frente às crianças, era comum as crianças dormirem junto com os empregados, presenciarem as relações íntimas, quando não envolvidas em tais atos. Acreditava-se nesta época que a criança fosse alheia e indiferente à sexualidade, que os gestos não tinham consequência sobre elas, não era visto como um fato negativo para a formação moral infantil, eram apenas situações rotineiras aos interesses do universo adulto.

Primeiro porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojados na prática de segundas intenções inequívocas, possuem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência (ÀRIES, 1981, p. 132).

A criança era vista como um ser imperfeito, que não poderia exteriorizar seus sentimentos, cabendo a ela apenas obedecer, era não possuidora de sentimentos, uma imagem ligada à autoridade do pai, fundamentada no autoritarismo paterno o poder absoluto, a ordem máxima, sem poder questionar de forma alguma.

Esta concepção de criança na Idade Média desenvolveu-se num sistema feudalista sendo caracterizado por uma estrutura econômica, política, social e cultural marcado por uma relação de servidão entre escravo e senhor feudal, uma política descentralizada de economia de subsistência.

Com a chegada da Idade Moderna (século XV ao XVIII) o feudalismo perde suas forças, após um longo processo de transformação político, econômico e social, surge o sistema mercantilista como novo modo de produção. Segundo Guerra (1989), a queda do feudalismo, o surgimento do capitalismo e a formação do Estado, marcam o começo de uma grande intervenção estatal na vida e no cotidiano das famílias.

A criança passou a assumir um lugar central dentro da família, passando a ser um objeto de interesses psicológicos e morais. A família passou a preocupar-se com a educação e futuro das crianças.

É neste século que surge a preocupação com a moralidade e a educação das crianças. A disciplina e a educação passaram a torna-se indispensáveis à vida moderna, recebendo incentivo da sociedade e da família.

No Brasil a história da criança inicia-se no período colonial, resultante da expansão marítima, quando a burguesia comercial expandiu-se em busca do mercado consumidor, para exploração de riquezas em busca de novas terras. A infância no Brasil também passou a ser um processo de emergência, mesmo sendo um povo que estava sendo descoberto pela civilização. Ao chegarem ao Brasil os jesuítas se depararam com uma cultura e um povo diferente, algo que para eles era uma cultura de aberração. Um povo completamente atrasado para os olhos dos jesuítas.

No tocante os índios, eram tidos pela nova civilização como primitivos e obrigados a adaptarem-se aos diferentes costumes e modos implantados.

As crianças e adolescentes indígenas foram um dos maiores alvos submetidos à catequização jesuíta, viam-se acuados perante tamanha pressão, eram obrigados a presenciarem pregações cristãs sob pena de sofrerem castigos físicos, muito embora pouco os compreendessem.

A educação dos jesuítas era disciplinadora, baseada no castigo, sendo que as aldeias administradas pelos jesuítas, foram instalados troncos e pelourinhos para onde eram mandados os adolescentes indígenas, mestiços e negros quando fugiam da escola, sendo castigo físico e imposições morais praticadas na educação colonizadora.

A criança indígena vivenciava uma relação igualitária dentro da comunidade, a educação das crianças era baseada na convivência com os pais, um processo de aprendizagem a imitação.

Mesmo os jesuítas tentando educar os índios, o discurso destes era diferente da realidade das crianças indígenas. Quando essas alcançavam a idade da adolescência fugiam, voltando para a vivência junto a sua família na tribo. O resultado desse declínio foi transferir o alvo da dominação para outra raça que ao Brasil estava sendo transportada, a africana.

As crianças africanas desde muito cedo ingressavam no ciclo de exploração, sem vivenciar a infância dedicando-se interamante às horas intensas de trabalho forçado. Aos bebês a atenção e o carinho materno eram primitivos, uma vez que suas mães encontravam-se no trabalho, quando não, na casa grande amamentando os filhos brancos de sua senhora, enquanto o seu morria de fome. Muitas dessas crianças eram entregues às chamadas “Casas dos Expostos ou simplesmente Roda”, instituição onde se depositam recém nascidos abandonados, entre eles negros e os oriundos de relações adúlteras ou de misturas raciais.

Segundo Moreira Leite (1991) a Roda é trazida para o Brasil no século XVIII e surge principalmente por causa dos filhos ilegítimos. Era a única Instituição Assistencialista da época, foi utilizada como solução do abandono como proteção.

Os governantes da época as criaram como uma alternativa para o abandono já, que antes as crianças eram abandonadas na rua..É importante esclarecer-se que a roda dos expostos foi criada no período Medieval pelos Europeus, com o mesmo objetivo, para diminuir o índice de morte de crianças abandonadas.

A Roda dos Expostos foi trazida para o Brasil com objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para futuramente encaminhá-los ao trabalho produtivo e forçado. A Roda era ligada a Casas de Misericórdia e tinha subvenções das Câmaras Municipais. Organizavam-se em torno das amas de leite, que muitas vezes abandonavam seus próprios filhos para amamentar outros e ganhar por isso. O dinheiro das amas-de-leite geralmente era para os senhores que alugavam as escravas para amamentar. Segundo Moreira Leite (1991, p. 99), *“as amas-de-leite a quem eram entregues os recém-nascidos eram quase sempre escravas ou negras livres que amamentavam os enjeitados com leite recusado a seus filhos”*.

Em 1871 foi criada a lei nº 2040 – Lei do Ventre Livre, que estabelecia aos filhos de escravos nascerem libertos e ficarem livres até oito anos sob o poder e autoridade dos Senhores. Depois dessa idade os Senhores poderiam usufruir seus serviços até 21 anos, ou entregá-los ao Estado recebendo uma indenização.

O resultado da Lei foi perverso causando um aumento do abandono de crianças pardas e negras após 1871. Com a abolição da escravatura as crianças passaram a perambular

nos centros urbanos, esmolando, prostituindo-se e praticando pequenos roubos, desencadeando o problema do “menor”⁸.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX o Brasil passa por grandes transformações, industrializa-se, começa o êxodo rural e com ele, o desemprego.

Com o crescimento urbano desordenado e a economia do país voltada para a industrialização, passou a se agravar o aumento da miséria, da violência, da exploração do trabalho infantil e adulto. Houve uma maior preocupação com a higiene, controle e prevenção de doenças, passando a concentrar-se nas crianças pobres.

O problema com a criança e o adolescente começa a crescer, a agravar, as crianças que ficavam nas ruas começaram a cometer delitos, roubos, prostituição. Com esses acontecimentos o Estado começou a assistir, proteger e fiscalizar essas crianças.

Segundo Rizzini (1995) a legislação do século XX revela em seu conteúdo a preocupação do país em torno de um reordenamento político social, onde a esfera jurídica tornou-se o principal catalisador da formulação e busca para solução do problema do menor. Foram várias as legislações produzidas na tentativa de se regulamentar a situação da infância.

O problema da criança começou a adquirir uma dimensão política consubstanciada. Não se tratava mais de ressaltar a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo as crianças e adolescentes, para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da época.

As legislações invariavelmente faziam menção à manutenção da ordem pública e procuravam cobrir ações que ofendessem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz

⁸ O conceito de criança e adolescente não existia nesta época, eles eram chamados de “menores”. Esta terminologia, considerada pejorativa por caracterizar uma condição de inferioridade, só deixou de ser utilizada em 1990, com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90.

das famílias. Nos primeiros meses da República, ainda durante o Governo Provisório, foram discutidas algumas medidas legislativas voltadas à infância desvalida. A legislação indicava a preocupação com a criança atingida pela pobreza enfatizando-se as más conseqüências que poderiam advir no futuro, vadiagem e criminalidade.

Em 1921 a Lei nº 4.242 o artigo 3º da referida lei autoriza o Governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente. Em 1924 a justiça do distrito Federal inclui a figura do Juiz de Menores na administração da Justiça.

O primeiro Código de Menores surge no Brasil no ano de 1927, cujo autor foi Mello Matos, sendo este, o primeiro sistema público de atenção às crianças e adolescentes do Brasil. O Código tinha como objetivo regulamentar, contribuiu para o desemprego e a diminuição dos salários.

O Código de Menores consolidava as leis de assistência e proteção aos menores, consta de 231 artigos, onde se formula a lei especializada para as crianças. Há introdução à regulamentação do trabalho infantil e a idade penal, onde o Estado assumiu a responsabilidade sobre as crianças, sendo que pela primeira vez maus tratos foram considerados crime.

O movimento jurídico social e humanitário fez tornar-se possível a criação de uma legislação especial para menores, com objetivo de manter a ordem almejada, a medida que ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos que nada contribuíam para o progresso do país.

A partir da década de 30 durante o governo de Getulio Vargas a infância passa a ser atendida como questão social, apesar de permanecer sob responsabilidade do judiciário.

Com o golpe do Estado em 1937 o governo passou a ser governado por um regime ditatorial no qual favorecia as classes dominantes brasileiras, ocorrendo grandes mudanças para a economia do país, uma delas a quebra do setor agrário-exportador, que

consequentemente trouxe a derrubada das oligarquias rurais, contribuiu para o desemprego e a diminuição dos salários formando o Estado autoritário.

Segundo Rizzini (1995) as mudanças ocorridas no governo Vargas para o combate a pobreza foram: incorporação das populações trabalhadoras urbanas aos projetos nacionais, o trabalhador atendido assistencialmente e juridicamente (legislação previdenciária, pensões, aposentadoria, CLT). O reconhecimento da situação da infância como problema social nos discursos e nas leis. O Estado passou a reformular a situação da infância, que foi compreendida como um problema social resultante da situação de pobreza da população.

Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M.), subordinado ao Ministério da Justiça e vinculado ao Juizado de Menores. O Serviço de Assistência ao Menor surgiu como tentativa de centralizar a assistência pelos Juizes de Menores na sua “ação jurídico social”.

A finalidade do Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M.), era de sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores internos em estabelecimento oficiais particulares, investigação social, abrigos a menores, recolher os menores a fim de educar, instruir e dar tratamento sômato-psíquico, estudar as causas do abandono e da delinqüência infantil, publicar resultados, estudos e estatísticas. Para a realização da atividade de recolhimento de menores o “S.A.M.” contava com o apoio do Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância.

O “S.A.M” funcionava como uma estrutura penitenciária para população menor de idade, corretivo-repressiva. Um sistema baseado no internato – reformatório e Casa de Correção para menores autores de infração.

Na prática a política do “S.A.M” passou a ser outra, sendo que se abriu uma Comissão de Sindicância onde foram apurados maus tratos aos menores, alimentação de

péssima qualidade, superlotação, falta de higiene, precariedade dos estabelecimentos, violência sexual e corrupção, onde as verbas eram desviadas para fins pessoais.

O “S.A.M.” ganhou a fama que permaneceu na história e no imaginário popular:

“*S.A.M: amor ao menor, sucursal do inferno, escola do crime e outros.*” (RIZZINI, 1995, p. 298).

As mudanças sociais na metade da década de 60, impulsionaram um processo de urbanização avassalador. O êxodo rural responsável por essa urbanização prematura estimulava um fluxo constante de pessoas que deixavam seus locais de origem para povoar as periferias das cidades em busca de padrões de vida enaltecidos pelo modelo de “desenvolvimento com segurança nacional”. O surgimento das “regiões metropolitanas” seguia em paralelo com a expansão da pobreza, pois o mercado de trabalho revelava-se incapaz de absorver todos esses adventos, excessivos quanto ao número, limite e quanto à qualificação de mão de obra.

Desta forma progredia, assim, “um processo de marginalização”, entendido como uma situação de baixa renda, de pouca participação no consumo de bens materiais e culturais, de incapacidade de trazer a si os serviços de habitação, saúde, educação e lazer. A marginalidade desses grupos sociais consistia no fato de serem desassistidos, seja por falta de meios para proverem a si mesmos, seja pela falta “indigência de forças políticas”, em virtude da qual não conseguiam ter acesso aos programas desenvolvidos pelo governo.

De marginalizados passam a marginais, a questão social embutia “questão do menor”. Um terço da população infanto juvenil em estado de marginalização, o processo de marginalização surgia como responsável pela desagregação da família e/ou disfunção familiar. Problema do Menor: carência, abandono, maus tratos, exploração, desvio de conduta, criminalidade.

Cria-se a Política Nacional do Bem Estar do Menor, instituída pela lei 4.513 de 1º de Dezembro de 1964, sendo que foi apresentada em 1965, nove meses após a criação da FUNABEM. O Serviço de Assistência ao Menor “S.A.M.”, foi substituído pela FUNABEM.

A FUNABEM pregava “bem estar do menor” e atendimento básico de “necessidades básicas”, a saber: saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social, para tanto era preciso “reintegração no ambiente familiar”, fortalecimento econômico social da família.

Segundo Faleiros, (1995, p.76) a FUNABEM tinha a proposta de:

Assegurar prioridades aos programas que visem a integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitando o atendimento em cada região.

Como o “S.A.M”, a FUNABEM também não correspondeu à problemática das questões que envolviam o menor. Repleta de medidas repressivas, influência do regime militar instaurado que considerava os menores autores de crimes e homicídios um risco a ordem pública. Sendo só os menores considerados perigosos, eram levados aos grandes internatos, as “FEBENS” - que se transformaram em lugares de tortura e espancamento.

Conjunto de mecanismos de repressão, com o esquema de controle político e social (com o terror e tortura), que deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando, para que a integração se processe de acordo com o plano nacional elaborado pelos tecnocratas.(FALEIROS, 1995, p.77).

Na década de 70, os debates políticos com relação ao problema do menor em situação irregular foram aumentando, os debates estavam relacionados na busca de um “novo código de menores”.

Em 1979 atualiza-se o “código de menores”,(lei nº. 6.697/79) aprovado em 10 de outubro, refletia a finalidade dos Juizes de menores à velha lei de Mello Matos, adaptando-se

aos novos tempos. O código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menor até 18 anos de idade, que se encontrava em situação irregular; entre 18 e 21 anos nos casos expressos em lei. As medidas de caráter preventivo aplicavam-se em todo menor de 18 anos, independentemente de sua situação. Foram criadas regras de competência, definindo atribuições do juiz, dos auxiliares e do Ministério Público, ampliando o poder do juiz na condução do processo e dando garantias processuais restritas aos menores.

Nos anos 80 ocorreram alguns avanços na área política, entre eles a mobilização que elegeu um Presidente Civil, através de eleições diretas. As mudanças políticas formaram um movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente, com apoio de sindicatos, movimentos populares, estudantis, intelectuais, entidades profissionais. Esta movimentação da sociedade civil contribuiu para pressionar e reivindicar junto ao Ministério Público a revogação do Código de Menores sua substituição pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

O Brasil estava mobilizado por ideais de democracia, sendo que em 1988 aconteceu a promulgação de uma nova Constituição Brasileira, conhecida por Constituição Cidadã. Com a nova constituição surgiu a possibilidade para a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 13 de julho de 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº. 9069/90, considerada um avanço nos campos jurídico e social, em termos de concepção, independente de sua condição de classe, etnia e cultura.

O Estatuto da Criança e do Adolescente está regulamentado no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que contempla a garantia ampla de direitos pessoais e sociais, com redirecionamento das atribuições do Estado e do papel da família e sociedade, revogando

o Código de Menores e a lei da Política Nacional de Bem- Estar do Menor. Segundo a Constituição Federal de 1988 no seu Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...].

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza uma ação pedagógica que defende a liberdade, a convivência familiar e comunitária, evitando a internação, prática muito utilizada nas legislações anteriores como única alternativa de atendimento à criança e ao adolescente. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem o objetivo de garantir que crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, com prioridade absoluta. O Estatuto no artigo 2º apresenta uma definição de criança: “*Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade*”. Pautado no respeito à criança e ao adolescente que passam a ser vistos como cidadãos sujeitos de direitos e deveres, com prioridade nas “políticas públicas”.

Segundo Potyara (1996) a política pública é uma linha de ação coletiva que concretiza direitos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. As políticas públicas estão inseridas nas políticas sociais, que de acordo com Costa (1990, p. 71), são:

O conjunto das leis, instituições, políticas e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos. A política social, no interior dessa visão, é a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios, valores que presidem a estrutura e funcionamento do ramo social do Estado no âmbito das necessidades básicas dos cidadãos.

Com o Estatuto em vigor o poder público e a sociedade passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e adolescente. O Brasil passou a considerar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, mesmo com a legislação atuante, vêem o desrespeito, principalmente no que se refere aos recursos disponibilizados pela União, onde o pouco que é disponibilizado é destinado às necessidades básicas. Sabe-se que o processo de construção social é lento, pois implica em mudanças de valores e posturas de uma sociedade.

2.3 O Estado e a família no contexto da educação.

A Constituição da República de 1988 representou para a Educação Infantil a conquista de uma legitimidade para as crianças, a conquista de direitos específicos que não estão diretamente relacionados ao direito da família. Os direitos das crianças reconhecidos no “papel” garantem um avanço jurídico, no entanto os resultados desse avanço necessitam ser traduzidos em ações concretas no campo das políticas sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi criado a partir da Lei 8.069, passando a sociedade a dividir com o Estado a responsabilidade de construção de uma infância melhor para as crianças. O ECA deu prioridade a crianças e adolescentes com absoluta ação do Estado e da Comunidade.

A Lei (ECA) tornou-se um grande provedor nos avanços do campo jurídico, envolvendo outras áreas da realidade política e social no Brasil, entre elas o direito das

crianças à Educação Infantil. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 54º: *“É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade [...]”*

Com o ECA, garantindo o direito da criança à educação em creches e pré-escolas, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei 9.394/96 que em linhas gerais, vem reordenar os sistemas educativos, introduz mudanças significativas na educação básica em nosso país. Segundo a LDBN em seu artigo 4º *“o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”*.

Segundo NASCIMENTO (1999), a Lei 9394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme o que determina a Constituição Nacional de 1988. Relativamente à Educação Infantil, afirma que: (1º) ela é um direito da criança de 0 à 6 anos e um dever do Estado que se efetiva mediante atendimento em creches e pré-escolas (Art. 4º, IV); (2º) não é obrigatório, o que significa que não há responsabilidade do Estado em prover vagas para todas as crianças de 0 à 6 anos nem tão pouco todo o universo populacional de 0 à 6 anos tem obrigatoriamente que frequentar a Educação Infantil, (4º) a Educação Infantil está submetida a padrões mínimos de qualidade de ensino que se operacionalizam, por variedade e qualidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Desta forma a Educação Infantil não é uma prioridade, mas por lei é um nível de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 11)⁹ e a Constituição Federal (artigo 30 inciso IV)¹⁰ colocam a esfera municipal como responsável pela oferta de

⁹ BRASIL.Ministério da Educação e do Desporto, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Em seu **Art. 11**- Os Municípios incumbir-se-ão de: I- organizar, manter e desenvolver

educação infantil. Fica evidente nas duas Leis que União e Estado também são responsáveis por essa área.

os órgãos e instituições oficiais dos sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II- exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III- baixar normas complementares para seu sistema de ensino; IV- autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V- oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitido a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção desenvolvimento do ensino. Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

¹⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa. 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas ementas Constitucionais de n. 1, de 1992 a 31, de 2000, e pelas Ementas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 16. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Em seu **Art. 30-** compete aos Municípios: IV- criar, organizar e suprir Distritos, observada a legislação estadual.

3 A FAMÍLIA NO EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

O presente capítulo estará apresentando o levantamento e análise dos dados coletados na pesquisa de campo, para traçar o perfil das famílias atendidas no Educandário Santa Catarina.

O levantamento realizado utilizou o instrumento análise documental como fonte única para coletar os dados apresentados a seguir, objetivando constatar quais os tipos de família a instituição atende, para de esta forma poder construir projetos que venham ao encontro das necessidades das famílias. Os dados foram retirados dos arquivos existentes na instituição e que são parte da documentação de matrícula das crianças.

Para traçar o perfil das famílias atendidas elegemos alguns itens que possibilitaram estabelecer com os conceitos e categorias apresentadas no primeiro capítulo do trabalho ora apresentado: a) a composição familiar; b) estado civil; c) idade dos pais; d) grau de escolaridade; e) número de filhos; f) renda familiar; g) emprego da mãe; h) emprego do pai; i) moradia; j) estilo de moradia; l) número de peças; m) procedência das famílias; n) Bairro São José; o) Bairro Florianópolis.

Com estes dados podemos identificar a realidade das famílias, pois a missão do Educandário Santa Catarina é atender as famílias de baixa renda.

3.1 Perfil das famílias atendidas na instituição

O estudo foi realizado para diagnosticar quais os tipos de família estão sendo atendida pela instituição, que tipo de questões sociais essas famílias vivem.

A família é segundo a dimensão que se tome em conta, célula da sociedade, unidade de reprodução biológica e social, organização cujo núcleo é átomo de parentesco, instância onde o indivíduo se desenvolve como agente de cultura, unidade de reprodução econômica. (TOBÓN, 1986, p. 86).

O levantamento dos dados foi construído a partir da análise das fichas de matrículas das crianças atendidas pela Instituição, na qual estavam incluídas as fichas do Berçário ao Jardim (crianças de 0 à 3 anos), não foram sujeitos da pesquisa os documentos das crianças do Pré (crianças de 6 anos), uma vez que as mesmas não farão parte no ano seguinte do atendimento da instituição por estarem completando a idade de iniciação escolar. Os dados foram colhidos no período de 16 à 30 de outubro de 2004.

A elaboração foi realizada com o intuito de rever as ações desenvolvidas pelo setor de Serviço Social, para melhor relacioná-las às necessidades das crianças e famílias atendidas pela instituição.

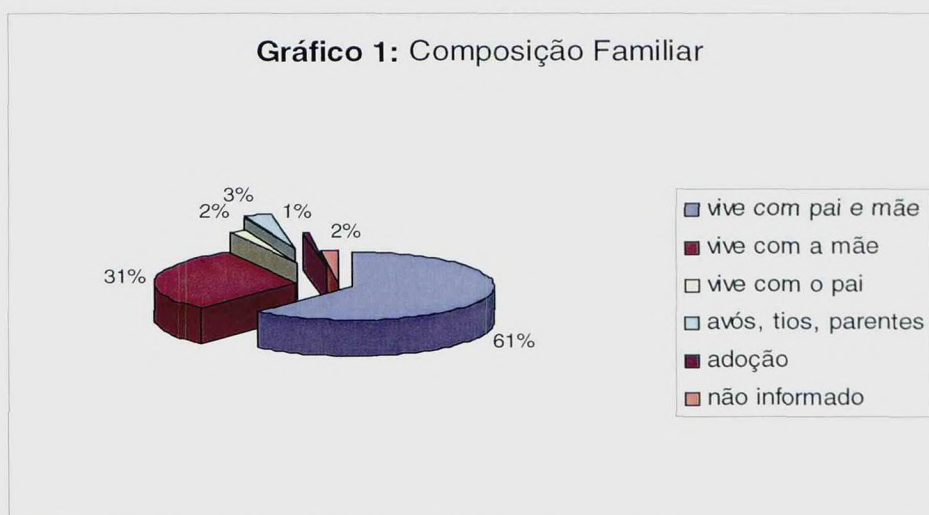
Segundo Gil (1999), as fontes de papel podem proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para uma pesquisa social. As fontes documentais têm uma série de vantagens ao serem utilizadas, entre as destaca-se:

- Possibilidade de investigação dos processos de mudança social e cultural: as sociedades vivem em constante processo de mudança, e documentos é uma rica fonte para verificação destas transformações estruturais, de atitudes e valores.

A pesquisa documental nos possibilita uma abordagem qualitativa – quantitativa, dessa forma optamos metodologicamente por apresentar os dados coletados usando gráficos como recurso quantitativo e as análises que os seguem para o tratamento qualitativo aos números levantados.

Nesta decorrência serão expostos os gráficos que apresentam o perfil das famílias atendidas no Educandário Santa Catarina.

O gráfico a seguir que será exposto estará apresentando que modelos de família à instituição atende, esses são referentes aos modelos de famílias citados no capítulo anterior, no qual foram explicitadas as modificações da família decorrente das mudanças ocorrida na sociedade na qual a família passou a ser uma instituição social, cuidando de seus membros.

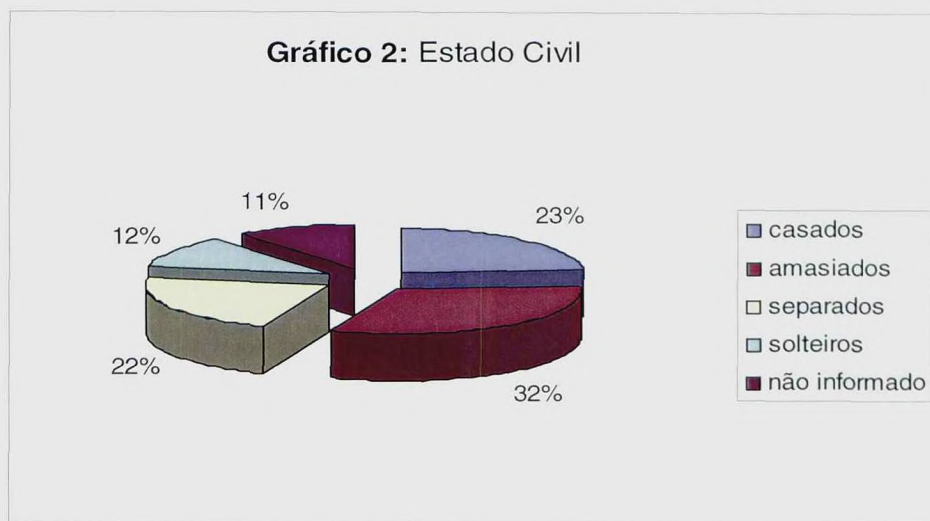


Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

No **gráfico 1**, observamos que 61% das famílias vivem no modelo¹¹ tradicional ou família nuclear composta por pai, mãe e filhos, em seguida temos 31% das crianças que vivem com as mães, temos o modelo de família matriarcal, onde a mãe é provedora do sustento da casa, cuida das atividades domésticas e é responsável pela educação dos filhos. Com 2% temos as crianças que vivem com os pais, a família patriarcal, onde o pai é o responsável pelo cuidado do filho. E com 3% as crianças que vivem com algum parente, avós, tios, modelo de família monoparental.

¹¹ MIOTO, R. C. Tamasso. Família e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade** nº55, São Paulo: Cortez, 1997.

O próximo gráfico a seguir representa o Estado Civil dos pais, nesta informação podemos diagnosticar, se as famílias que o Educandário Santa Catarina atende estão associadas ao padrão de família tradicional, que segundo Reis (1985) é formada por pai, mãe e filho, na qual houve a união legal (religiosa e civil) dos cônjuges.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Neste **gráfico 2** podemos observar que a incidência maior é de pais amasiados que vivem juntos (32%), não são casados em união legal, este dado apresenta uma realidade brasileira, muitas famílias são construídas sem os membros (pai e mãe), estarem casados em comunhão legal. Em seguida vêm as famílias das crianças que têm os pais casados (23%) no qual a união legal, esta relacionada com o modelo de família considerado tradicional no Brasil.

Em terceiro lugar estão os pais separados (22%) onde na maioria das vezes se tornam uma família recomposta. Segundo Miotto (1997) este fato é consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos.

Com 12% estão os pais solteiros, que vivem com o filho, sem estarem envolvidos numa vida conjugal. Para Miotto (1997) esse modelo de família deve-se ao fato da concepção dos filhos acontecerem na idade precoce, o aumento da gravidez na adolescência, esta

gravidez não tira o filho de casa ele continua morando com os pais, não havendo a união do casal, ou vivem sós sem a construção de uma família considerada tradicional, pai, mãe e filho.

O próximo gráfico estará demonstrando a idade dos pais. Nestes dados podemos diagnosticar em que fase a família se encontra. Segundo Berthoud, Cervený (1997) a família esta caracterizada no ciclo vital no qual corresponde a quatro etapas: a primeira na fase de aquisição (até 30 anos), a segunda fase adolescente (30 a 40 anos), a fase madura (mais de 40 anos) e a fase última (a velhice).



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Neste **gráfico 3** temos os pais com idade até 20 anos (3%), nesta idade a família se encontra na fase de aquisição, temos os casais jovens ou adolescentes alguns permanecem morando com os pais tendo a preocupação de adquirir um espaço próprio para a aquisição de bens materiais, com a construção profissional, a independência em relação às famílias de origem e a preocupação com o primeiro filho.

Em seguida temos os pais com idade entre 20 a 30 anos (46%), com esta idade a família se encontra na fase de aquisição. Segundo Berthoud, Cervený (1997) a fase de aquisição há o predomínio da tarefa de adquirir, em todos os sentidos material, emocional e psicológico. Começa com a formação de um casal, a chegada do primeiro filho, e a vida com

os filhos pequenos. Nesta fase também se encontram adolescentes grávidas que casam e continuam a morar com os pais, ou os adolescentes que casam com parceiros de meia idade, ou aquele casal que se une pela segunda ou terceira vez, profissionalmente estabelecido e com responsabilidade de cuidar ou sustentar filhos de união anterior.

Em terceiro lugar temos os pais com idade entre 30 a 40 anos (42%) nesta idade as famílias ainda se encontram na fase de aquisição, podemos considerar os casais maduros que se unem novamente, processo de reconstituir famílias, com a preocupação de construção de vínculos com os sistemas familiares de origem de ambas, com os sistemas familiares de seus ex-parceiros, filhos biológicos e filhos por afinidade.

No quarto lugar estão os pais com mais de 40 anos (6%) aqui o casal se encontra em torno da meia idade, com uma estrutura familiar definida materialmente e profissionalmente, alguns com filhos adolescentes, e filhos menores, tendo que fazer uma transição, o filho era pequeno agora este quase adulto, este adolescente vai trazer pra família novos valores, atitudes e idéias novas. A família vai se adaptando com as mudanças nessa fase o filho era uma criança e agora esta se tornando um adulto. Do total dos documentos analisados 3% aparece na legenda como não informados.

Em seguida apresentamos o grau de escolaridade da família, identificando qual o nível de educação escolar à família teve, para desta forma poder implantar um projeto que corresponda ao nível de aprendizado correspondente ao grau de escolaridade, das famílias.



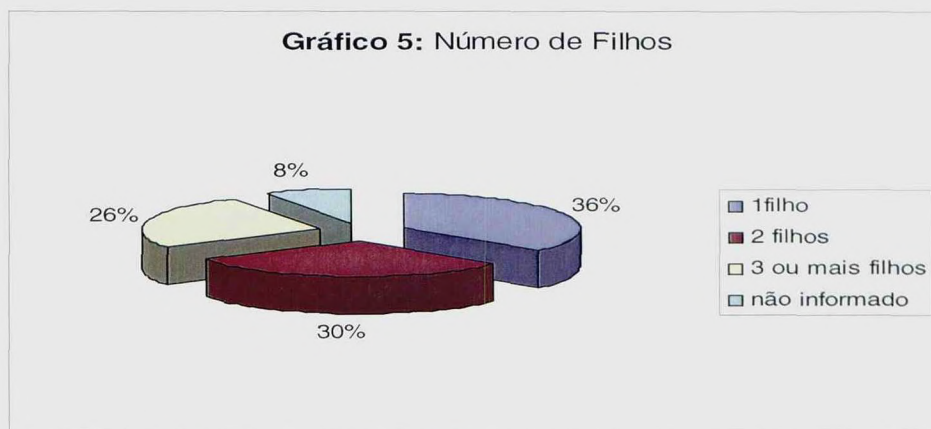
Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

O **gráfico 4**, ressalta a realidade do povo brasileiro, especialmente as famílias de baixa renda. Desta forma vemos o índice de famílias que não têm o primeiro grau completo do total de (52%) das famílias, está é a realidade da população de baixa renda, a educação escolar é valorizada, mas os pais das crianças que freqüentam o Educandário Santa Catarina, e a maioria da população brasileira, tiveram que largar os estudos para trabalhar. Trabalhando desde jovens para ajudar no sustento da família, com isso deixaram de freqüentar a escola para trabalhar.

Com 29% temos os pais com o 2º grau incompleto, a maioria iniciou mas por não conseguirem conciliar estudo e trabalho acabaram desistindo de estudar, ou as mulheres engravidaram na adolescência e desistiram de estudar, por não conseguirem dar continuidade do estudo e cuidar do filho. Em seguida com 13% temos os pais com 2º grau completo e ainda uma grande minoria de pais tem o 3º grau completo (1%), essa é a realidade da grande maioria das famílias brasileira.

O gráfico a seguir exhibe a quantidade de filhos que a família possui. Para esta análise podemos comparar com o grau de escolaridade das famílias, as famílias de baixa renda são em sua proporção, extensas, e não usufruem de informações de como é realizado o

planejamento familiar, desta forma havendo um aumento da taxa de natalidade e o crescimento da população de baixa renda, na qual as políticas públicas não conseguem atender a toda demanda.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Como é possível de se verificar no **gráfico 5**, as famílias compostas só por um filho é de 36% uma realidade privilegiada da maioria dos brasileiros, pois como vemos em pesquisas feitas pelo Governo, essa porcentagem está distante da realidade de muitas famílias.

Voltando ao **gráfico 4** ele nos trás uma realidade diferente desta do **gráfico 5**. No **gráfico 4** vemos que 52% das famílias não têm o 1º grau completo, uma realidade brasileira correspondente às famílias de baixa renda, que nesta perspectiva, têm uma composição familiar extensa, diferente do que nos mostra este **gráfico 5**.

A realidade brasileira nos mostra que as famílias de baixa renda não fazem um planejamento familiar, não usufruem dos métodos contraceptivos. Desta forma há um crescente número de filhos, diferente da maioria das famílias que o Educandário Santa Catarina atende.

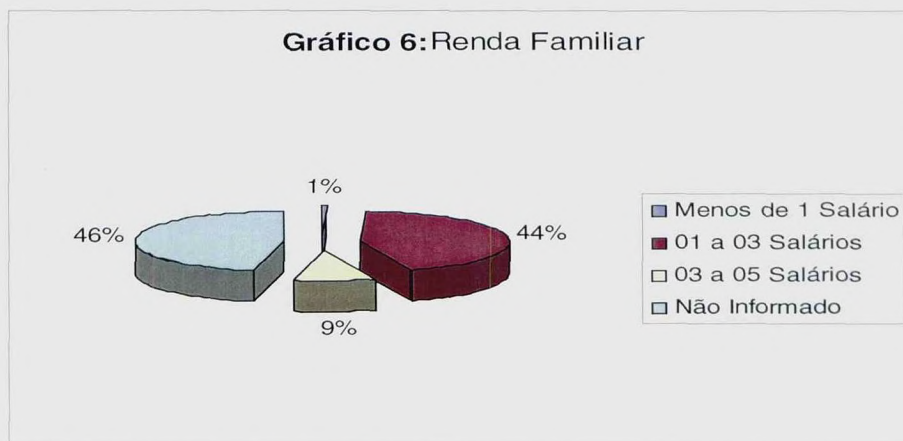
Em seguida com 30% vêm as famílias composta por dois filhos, uma porcentagem também diferenciada das famílias de baixa renda, um percentual baixo para a realidade que temos das famílias de baixa renda.

Com 26% temos as famílias com três ou mais filhos, esta porcentagem corresponde à realidade das famílias de baixa renda. Podemos perceber que o percentual dos filhos das famílias que o Educandário Santa Catarina atende, não corresponde a realidade das famílias brasileiras,[...] *a família brasileira entra nos anos 90 com uma média de 2,5 filhos, este dado indica queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.* (MIOTO 1997, p. 118).

No próximo gráfico apresentaremos a renda familiar, o Educandário Santa Catarina tem como finalidade atender as famílias de baixa renda, pois a procura por vaga é grande, sendo que a instituição não tem condições financeiras para atender ao número alto de demanda reprimida¹². Como a instituição não tem como atender a toda demanda, a renda familiar e a entrevista¹³ são um dos elementos básico para a triagem realizada pelo Serviço Social, sendo constantemente utilizado na instituição, permite conhecer quais famílias necessitam da vaga, quais estão em situação precária, pois na utilização deste instrumento de trabalho o profissional tem como diagnosticar a necessidade das famílias.

¹² Demanda Reprimida: números de crianças que fizeram inscrição porem não conseguiram vaga.

¹³ Entrevista – instrumental do assistente social que baseia-se no diálogo, capacitação para ampliação da condição de sujeito.

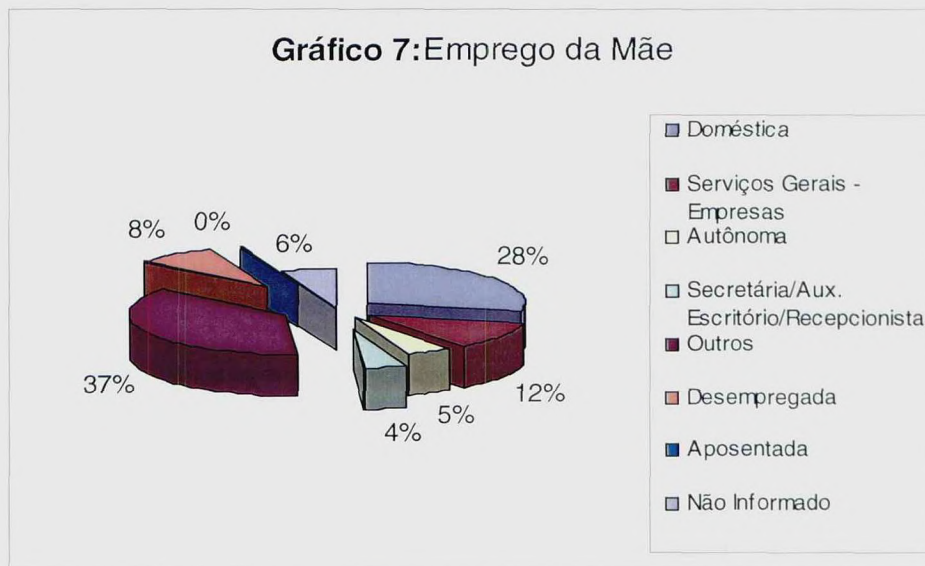


Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

O **gráfico 6** como podemos verificar, não apresenta a realidade de família de baixa renda da população brasileira. Temos 44% das famílias que vivem com 1 a 3 salários, e voltando ao **gráfico 5**, nós temos as famílias compostas por só um filho é 36%, esta realidade de no máximo 3 salários é a realidade das famílias extensas que possuem 3 ou mais filhos, mas como vemos no **gráfico 5** o Educandário atende em sua maioria famílias pouco extensas, 66% até 2 filhos uma realidade privilegiada da maioria dos brasileiros.

Com 9% temos as famílias com 3 a 5 salários, um dado baixo, mas um número alto para a realidade da população de baixa renda. Em seguida temos 1% da família que sobrevive com menos de 1 salário, um número pequeno, mas é a realidade de várias famílias brasileiras. E com 46% temos os não informados que correspondem à soma maior, como o Educandário Santa Catarina atende as famílias que são de baixa renda, algumas acabam sonhando a renda, ou na entrevista contam como está a renda familiar e que estão passando por dificuldades financeiras.

No próximo gráfico expor-se-á o emprego da mãe, identificando com o **gráfico 6**, os possíveis salários relativos também com o grau de escolaridade.

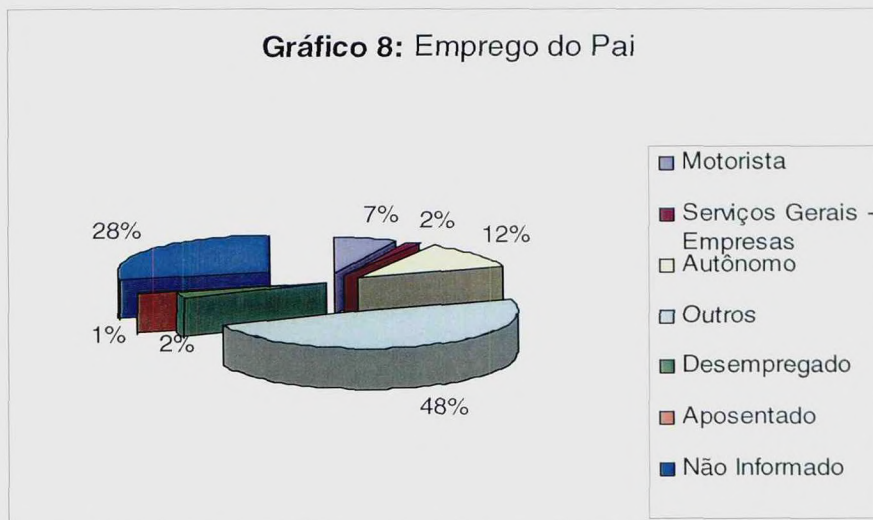


Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Temos no **gráfico 7** com 28% as mães que trabalham como domésticas este número é significativo, pois voltando ao **gráfico 4** temos 52% das famílias não tem o primeiro grau completo, ou seja as maiorias dos pais que o Educandário Santa Catarina atende estão nesta porcentagem. Sem estudo as mães não conseguem uma qualificação melhor, pois em média uma doméstica ganha no máximo 2 salários. Em segundo lugar com 37% temos os outros que correspondem a variedades de empregos como: costureira, cozinheira, bordadeira, vendedora.

Em terceiro lugar com 12% temos as mães que trabalham em serviços gerais/empresas, que ganham em média o mesmo salário dito anteriormente. Em quarto lugar com 8% temos as mães que estão desempregadas uma realidade de muitos brasileiros. Em quinto lugar com 5% temos as mães que são autônomas, não tendo um salário fixo. Em seguida temos com 4% as mães que trabalham como Secretária/Aux. Escritório/Recepcionista.

Temos 0% correspondendo a uma mãe aposentada. E em seguida temos 6% que não foi informado. O próximo gráfico estará expondo o emprego dos pais.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

No **gráfico 8** temos em primeiro lugar com 48% outros correspondendo à variedade de empregos como: pedreiro, garçom, vendedor, encanador. Em segundo lugar com 12% temos os autônomos que não tem um salário fixo. No terceiro lugar com 7% estão os pais motorista (de um modo geral) que ganham em média de 3 a 5 salários.

Em seguida com 2% temos os pais que trabalham em Serviços Gerais/Empresas, sem uma qualificação escolar conforme mostra no **gráfico 4**, a maioria das famílias do Educandário Santa Catarina 52% não tem o 1º grau completo, assim o salário fica em torno de até 2 salários. Com 2% também temos os pais desempregados um número baixo para a realidade brasileira. Em seguida com 1% temos os pais aposentados. E com 28% temos os não informados, voltando ao **gráfico 2** podemos observar que temos a quantidade de separados (22%) e solteiros (12%), nesta proporção as mães separadas não têm informação sobre o emprego em que os ex-maridos estão admitidos no momento.

O gráfico a seguir estará expondo a realidade de moradia, das famílias atendidas pela instituição.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Este **gráfico 9** mostra que 48% das famílias vivem em casa própria, um número privilegiado para a população considerada de baixa renda. Em segundo lugar com 25% temos as famílias que moram em casa alugada, além do baixo salário que ganham tendo que sustentar a casa elas também tem que pagar aluguel. Em seguida temos com 22% as famílias que moram em casa cedida, a casa é cedida por um parente ou amigo. E com 5% temos os não informados.

A seguir será apresentado o estilo de moradia nas quais essas famílias residem, identificando a realidade destas.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Neste **gráfico 10** pôde-se observar que 54% das famílias vivem em casa de alvenaria isso representa uma realidade das casas construídas nas encostas de morros que é o caso das famílias de baixa renda que vivem em periferias. Em seguida, com 19%, temos as famílias que vivem em casa de madeira. Com 2% temos as famílias que moram em casa mista, um número baixo se relacionado com os outros. E com 25% temos os não informados, um número relevante para a população que o Educandário Santa Catarina atende.

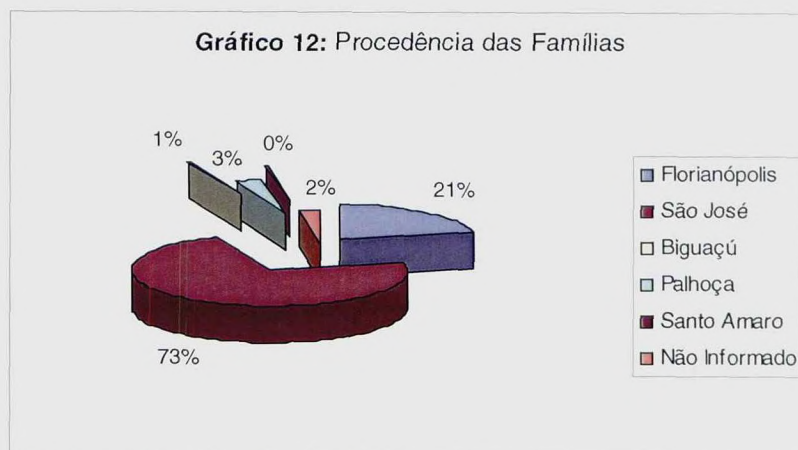
No próximo gráfico demonstrar-se-á o número de peças que compõe a moradia das famílias.



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Este **gráfico 11** nos mostra que 59% das famílias vivem em casas de 2 a 5 peças diferentes da realidade das famílias brasileiras de baixa renda, que vivem em casa de 3 peças e contém dentro desta casa um número extenso de filhos. Em seguida temos com 16% as famílias que vivem em casas de 5 a 10 peças, um número considerado alto. E com 25% temos os não informados.

No gráfico a seguir estaremos demonstrando as procedências das famílias, em que bairro elas residem.

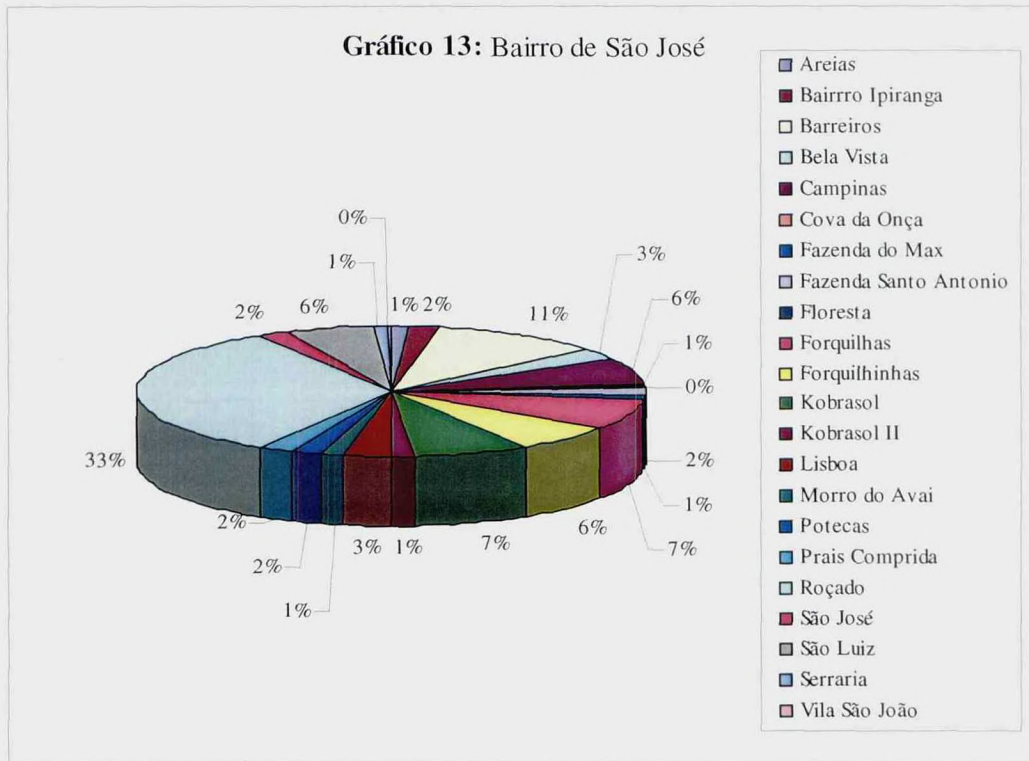


Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Neste **gráfico 12** temos com o percentual mais alto, as famílias residindo em São José (73%), pelo fato do Educandário Santa Catarina se localizar em São José. Em seguida temos Florianópolis (21%) as famílias residem neste município, mas pelo fato de trabalharem próximas a instituição acabam conseguindo vaga. Nesta seqüência temos Palhoça (3%), as vagas foram disponibilizadas pois esses pais trabalham em São José.

No decorrer temos Biguaçu (1%), este fato se dá devido a criança vir a estar freqüentando uma instituição de ensino longe de sua residência é decorrência dos pais estarem trabalhando nas proximidades do Educandário Santa Catarina. Tem-se Santo Amaro (0%) corresponde apenas uma criança, cuja mãe é funcionária da instituição. E temos os não informados (2%).

Como a procedência maior vem dos municípios de São José e Florianópolis, traçou-se dois gráficos identificando cada bairro de onde a família procede. Como foi dito anteriormente o Educandário Santa Catarina tem por finalidade atender as famílias de baixa renda, neste viés exibir-se-á localidade onde as famílias residem.

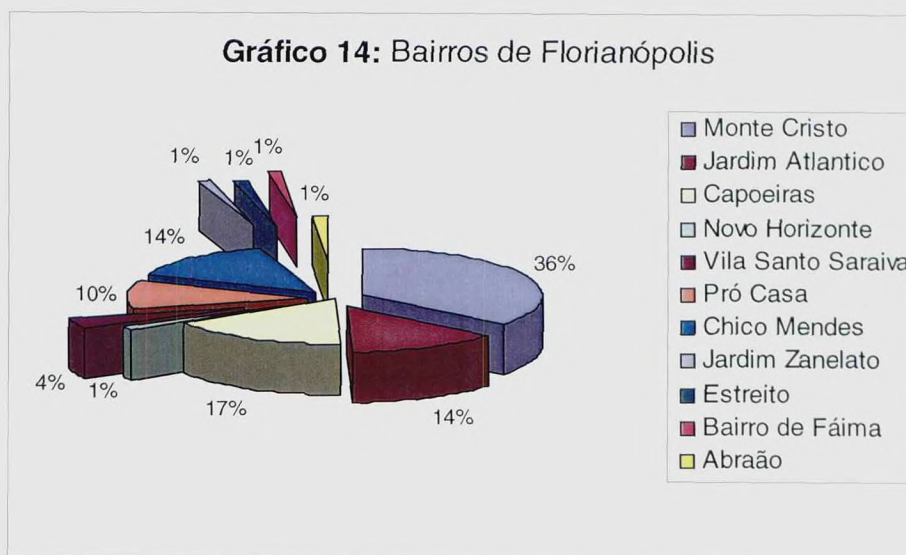


Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

O **gráfico 13** acima exposto se refere aos Bairros onde as famílias residem em São José. Temos com maior porcentagem Roçado (33%), este número é alto pelo fato do Educandário Santa Catarina estar situado neste bairro, em seguida temos Barreiros (11%), Kobrasol (7%), Campinas (6%), a porcentagem é alta mas os bairro, não tem uma concentração de famílias de baixa renda.

Em seguida vêm os bairros onde se concentram as famílias de baixa renda: Forquilhas (7%), Forquilha (6%), São Luiz (6%), Lisboa (6%), Bairro Ipiranga (3%), Potécas (2%), Morro do Avai (1%), Cova da Onça (1%), Areias (1%),

A seguir mostraremos os bairros de Florianópolis identificando em quais deles se concentram as famílias de baixa renda:



Fonte: Educandário Santa Catarina – 2004.

Neste **gráfico 14** temos o percentual mais alto de famílias que residem no Bairro do Monte Cristo (36%), nesta mesma localidade pertencendo ao Monte Cristo temos: Chico Mendes (14%), Pró Casa (10%), Novo Horizonte (1%), estes bairros são os considerados pelas manchetes de jornais e pela segurança pública, um bairro violento, com gangues, traficantes, favelas, residindo famílias de baixa renda.

A partir do perfil apresentado pode-se identificar quais as famílias que o Educandário Santa Catarina atende. Na maioria dos gráficos esta realidade da família de baixa renda está diferenciada da realidade brasileira, pois são poucas as famílias que estão utilizando as políticas públicas como bolsa escola, bolsa família¹⁴

Voltando ao Capítulo I viu-se que a missão do Educandário Santa Catarina era dar assistência aos filhos de portadores de hanseníase, com o avanço da ciência encontrou-se a cura para a doença, e as famílias não precisaram ficar separadas, passando a conviver no mesmo ambiente. Desta forma a instituição passou a atender à comunidade local, cuidando

¹⁴ Uma renda extra que o Governo repassa para o município através de verba sendo que só recebem as famílias de baixa renda que comprovem uma renda per-cápita de no máximo 100 reais por membro da família, esta renda somente é repassada para as famílias cadastradas.

dos filhos de pais trabalhadores que não tinham condições financeiras para deixar a criança em uma creche privada.

A instituição não tem condições financeiras de atender a toda comunidade que vem a procura de vagas. Como a procura por vaga é constante, conforme Anexo B, tem-se muitas famílias esperando por vagas. Isto significa que ainda temos políticas públicas insuficientes na área da educação para atender toda a demanda.

Ao se analisar o **gráfico 6**¹⁵ viu-se como é significativo o número de famílias que não informaram sua renda. Este é um dado a ser considerado pelo Serviço Social. Como a demanda na procura por vaga é alto, a instituição tem que fazer uma triagem para avaliar quais famílias estão em situação de vulnerabilidade. Não significa excluir, mas pelo fato da instituição não poder atender toda demanda, necessita reavaliar a renda da família. No caso, fazer um breve estudo social¹⁶, [...] *a vulnerabilidade é utilizada para designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania.* (MIOTO 1997, p. 118).

A realidade das famílias que a instituição atende é diferenciada da realidade das famílias de baixa renda brasileira, pode-se observar nos gráficos, que uma das semelhanças gritantes é o grau de escolaridade, onde é alto o número de pessoas que não tem o primeiro grau completo. Nesta perspectiva a instituição atende alguns problemas, como no caso da negligência¹⁷, esta por sua vez é decorrente da falta de informação, ou do processo histórico das famílias, e até mesmo da cultura de algumas delas, que foram educadas a dar o mínimo de atenção as crianças.

¹⁵ Gráfico 6 refere-se a renda das famílias.

¹⁶ “O estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar”. (MIOTO, 2001)

¹⁷ Negligência áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção.

Esta realidade está especificada no Capítulo II, onde se explicou o processo histórico das crianças ao longo das políticas públicas e de como eram tratadas pelas famílias e pela sociedade. Desta forma viu-se que a construção da infância ainda está em processo, como também a realidade das famílias, que como foi registrado, mostrou que a educação ainda é privilégio de poucos.

Um dos programas que o Serviço Social atende dentro da instituição é orientar as famílias, em seus direitos e deveres, como construtores da cidadania. Percebeu-se que as procedências das famílias em sua maioria são de bairros de periferia, onde concentra a pobreza, sendo que vivem em contato direto com a violência, a criminalidade e a falta de políticas públicas. Está é a realidade das famílias de baixa renda brasileira.

As famílias atendidas pelo Educandário Santa Catarina, estão num patamar privilegiado, pois além de terem uma instituição para deixarem seus filhos, estão numa realidade considera positiva em vista das famílias de baixa renda brasileira. Mesmo as famílias procedendo de bairros de periferia, com nível baixo de escolaridade, estas concentram um percentual de filhos considerado baixo. A maioria dos pais está com vínculos empregatícios, vivendo em casa própria, uma realidade privilegiada.

Segundo Carvalho (2000), a família de baixa renda está construindo novos valores e padrões de reprodução social, sendo que passa a gerar menos filhos. A mulher além de provedora do sustento da casa, é também o chefe desta. Pôde-se diagnosticar com os dados apresentados, que o Educandário Santa Catarina atende essas famílias. Alguns desses pais voltaram a estudar, conciliando o trabalho, o cuidar dos filhos e o estudo.

Nesta identificação a instituição poderá construir projetos para trabalhar a família no seu papel de educador dos filhos, em conjunto com o Educandário Santa Catarina.

Mesmo atendendo uma realidade privilegiada, o Educandário Santa Catarina necessita de projetos e programas que venham ao encontro da realidade destas famílias.

A informação é um instrumento que necessita ser bem elaborada, pois tem-se na grande maioria, pais com o mínimo de escolaridade. Sendo assim as orientações feitas para as famílias em reuniões semanais conforme descrito no Capítulo I precisam ter uma didática de fácil compreensão, pois a falta de informações acaba tornando alguns pais negligentes, perante seus filhos.

3.2 Famílias e Políticas Públicas.

Segundo Abranches (1987), as políticas sociais são um instrumento de direitos assegurados pelo Estado a qualquer cidadão que venha sofrer efeitos negativos como, desemprego, pobreza. Uma dessas políticas sociais esta voltada para área da educação, mesmo sendo um direito garantido em lei, tem-se em nossa sociedade um número pequeno de creches públicas. As creches além de proporcionar uma educação qualificada para as crianças, são uma forma de as famílias poderem trabalhar sabendo que seus filhos estarão bem cuidados.

Pobreza é destituição, marginalização e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física, marginalização no usufruto dos benefícios do processo e no acesso às oportunidades de emprego e consumo, desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantia à vida e ao bem-estar.(ABRANCHES, 1987, p.16).

Com a criação e implantação do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 54 °: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade [...]”. Mesmo com a Lei em vigor vê-se que essa não é uma realidade, tem-se mais criança em casa, do que em creches, isso decorre da falta de verbas da União para expandir este atendimento.

Com isso tem-se cada vez mais crianças nas ruas, ou sendo cuidadas por irmão com idade um pouco maior. Os pais têm que sustentar a casa, não tendo onde deixar as crianças, acabam deixando-as aos cuidados dos vizinhos, ou até mesmo sozinhas. O Serviço Social visa atender de forma ampliada a todos os cidadãos, em especial as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Quanto mais expostas estão as famílias a situações de exclusão, mais expostas ao abandono ficam suas crianças.

As políticas públicas utilizadas em nossa sociedade classificam-se para garantir o mínimo às famílias. Não se tratam os problemas (desemprego, saúde, educação), como um todo, mas apenas uma faceta destes para sua diminuição. Isso implica numa vulnerabilidade da família, sendo que a mesma não é tratada como um todo, [...] *a vulnerabilidade a pobreza está relacionada com fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também as tipologias ou arranjos familiares e com o ciclo de vida das famílias.* (MIOTO, 2000, p 218).

O Serviço Social classifica formas de organizar ações que auxiliam na obtenção dos direitos através das políticas sociais. Ao cuidar a família esta deve ser tratada como um todo, pois quando um membro esta sofrendo algum problema¹⁸, este vai afetar a toda estrutura familiar. O Serviço Social não pode atender apenas o problema mas ele como um todo, ele não afeta só um membro da família, mas sim a toda composição familiar.

As políticas sociais ainda são vistas como uma forma assistencialista, e não como um direito do cidadão que por eventualidade esteja passando por algum problema, seja ele material ou psicológico.

¹⁸ Os problemas aqui considerados podem ser: desemprego, dependência química, pobreza, entre outros.

O atendimento prestado pelo Educandário Santa Catarina está voltado para a educação das crianças, e principalmente para dar subsídio às famílias de baixa renda, que deixam seus filhos para trabalharem. Temos um número alto de famílias que estão na demanda reprimida na espera por vaga. Como pode-se perceber as políticas públicas não atendem a demanda da sociedade. Desta forma o serviço social encontra-se com dificuldades para subsidiar vagas na instituição, pois o atendimento é um direito de todos, mas como o Estado não contempla a toda população, o atendimento passa a ser privilégio para poucos.

Segundo Potyara (1996) é mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta a demanda da sociedade. Nesta proporção vê-se que o Estado não contempla a toda demanda, tem-se como exemplo, o Educandário Santa Catarina aqui apresentado, no qual o atendimento prestado pela instituição, obtém um número alto de famílias que estão na fila de espera.

O Serviço Social é o protagonista da inserção dos direitos sociais em busca da cidadania em conjunto com as políticas públicas para subsidiar a população que se encontra em situação de vulnerabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, pôde-se identificar vários fatores que influenciam no progredir das famílias, especialmente relacionados as políticas públicas.

O Educandário Santa Catarina é uma instituição que faz parte do terceiro setor e tem como missão atender as crianças de 0 à 6 anos em período integral, proporcionando educação e construção para a cidadania. Trabalhar em uma instituição sem fins lucrativos acaba fazendo com que nossa profissão seja muito importante, pois ter que trabalhar com um mínimo possível financeiro o profissional acaba aprendendo lidar com o limite, a criar estratégias para lidar com as situações.

Diante do que foi exposto neste trabalho pôde-se perceber que no decorrer do contexto histórico, as mudanças ocorridas na sociedade tiveram grandes transformações no que se refere a família e a criança. Nessas transformações viu-se o quanto a sociedade obteve de conquistas, especialmente referindo-se às crianças. No caso, a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desta forma utilizou-se a pesquisa de campo como um instrumento para conhecer e compreender a realidade social das famílias que são atendidas pelo Educandário Santa Catarina, com o objetivo de traçar o perfil das famílias atendidas pelo mesmo, uma vez que o trabalhar a família é de fundamental importância para a educação da criança, pois é ela, o elo da criança e o meio em que está inserida. Se a família está passando por dificuldades, isso vai se refletir na criança, no seu desenvolvimento, nas suas atividades e comportamento.

É necessário trabalhar a família para que a mesma se faça participante da vida escolar da criança envolvendo-se com as dificuldades da instituição. Poder-se estar atuante nas

discussões e implantações de projetos e programas da Instituição, desta forma o assistente social estará participando do contexto social da criança e da família.

O Educandário Santa Catarina tem como alvo atender as famílias de baixa renda, assim o Serviço Social utiliza-se das ações sócio educativa para estar orientando essas famílias que usufruem do seu atendimento.

Ao se analisar os dados referentes ao perfil das famílias atendidas no Educandário Santa Catarina pôde-se constatar que um dado importante é o grau de escolaridade. Como foi visto tem-se na instituição um número alto de famílias que não possuem o 1º grau completo, isto se reflete na falta de interesse dos pais na presença da educação dos filhos. Estes por sua vez não se fazem presentes dentro da instituição, cabendo só freqüentar quando a instituição torna a presença dos pais como obrigatória.

Nesta perspectiva pôde-se apontar como um ponto importante, a construção de um projeto que possibilita aos pais despertarem o interesse pelas atividades escolares de seus filhos. Como foi descrito no trabalho, as famílias têm o dever de estar articuladas com a vida escolar de seus filhos.

Ao se analisar os dados percebeu-se que as famílias atendidas na instituição estão numa proporção de privilégio em detrimento a realidade das famílias de baixa renda brasileira. Os dados mostram que são muitas as famílias que residem em bairros de periferia, que o salário é baixo, mas por outro lado, viu-se que a porcentagem de filhos é pequeno, algo muito significativo.

Sendo assim têm-se algumas lacunas que podem ser preenchidas pelo Serviço Social. São poucas as famílias que usufruem das políticas públicas, desta forma o profissional tem alguns desafios frente às contradições sociais, conflitos, até mesmo na realidade das famílias, sendo que, conhecendo-as poder-se-á transformá-la em projetos que venham ao

encontro com a instituição, as crianças e as famílias. O assistente social é um profissional que orienta, motiva e sensibiliza a população na execução e garantia de seus direitos e deveres para construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio H. *Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- ANDRADE, Vera Regina P. **Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos**. São Paulo, Academia, 1993.
- ANTUNUNES, Ana M. de C. HAGUETTE, André et al. **Estado e Educação**. São Paulo, Papirus, 1992.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- AZEVEDO, M. & GUERRA, V.N. **A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.
- . (Orgs.). **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo; Cortez 2 ed, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa. 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas ementas Constitucionais de n. 1, de 1992. a 31, de 2000, e pelas Ementas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994**. 16. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001
- . **Estatuto da Criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991, e convenção sobre os Direitos da criança , 4 ed**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2003.
- . Ministério da Educação e do Desporto, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- COELHO, Maria da Graça. **Serviço Social na Educação**. Florianópolis, IOESC, 198-.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Infância, Juventude e Política no Brasil**. In: **Brasil criança urgente**. A Lei 8069/90. São Paulo: Columbus Cultura, 1990.
- ELKIN, Frederick. **A Criança e a Sociedade**. Rio de Janeiro. Bloch, 1968.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo, Moraes, 1986.
- GERSCHAMAN, Silvia. **Sobre as Formulações de Políticas Sociais**. In: **Reforma Sanitária: Em busca de uma teoria**. Rio de Janeiro. Abrasco, 1989, p. 9-25.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social I**. In: Cadernos de Capacitação. Brasília: CFESS/CEAD/UNB, 1999.

KINOSCHITA, Fernando. **Combatendo a violência e a delinquência através dos direitos humanos, do desenvolvimento progressivo da democracia e de uma cultura de paz**. Florianópolis: UFSC, 2002.

LIMA, T. C. S. **A intervenção profissional do serviço social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas**. In: Anais do IX ENPESS. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **formação profissional para a educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1998.

MIOTO, R. C. Tamaso. Família e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade** nº55, São Paulo: Cortez, 1997.

———. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In **Serviço Social & Sociedade**, n. 67 – XXII Especial. São Paulo, Cortez, 2001

MOREIRA LEITE, M. **O óbvio e o contraditório da roda**. In: PRIORE, M. (org) História da criança no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991.

NUNES, Larissa Chistina Leifer. **Saber cuidar – saber intervir: um desafio dos profissionais do setor de serviço social das varas de família do fórum da capital/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC Serviço Social) – UFSC, Florianópolis, 2002

PAZ, Rosângela Dias O. **“O que é ONG”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 54, São Paulo, Cortez, 1997. p 195 -202.

PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A arte de governa crianças**. Rio de Janeiro, Editor Universitária Santa Ursula, 1995.

PRIORE, Mary. (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

REIS, José Roberto Tazoni. Família, emoção e ideologia. In: Lane Silva, TM (et al). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Maria Salete. **A Questão da família na atualidade**. Florianópolis: OIEC, 1999.

RODRIGUES, Guaciara. **Serviço Sócial das varas de família: aspectos relevantes da triagem na mediação familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC Serviço Social) – UFSC, Florianópolis, 2003.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global**. Revista de administração. São Paulo, V33, nº. 1, 1998.

SOUZA, Marli P. **Crianças e adolescentes: absoluta prioridade?** Revista Katalysis. Florianópolis, n. 2, 1992.

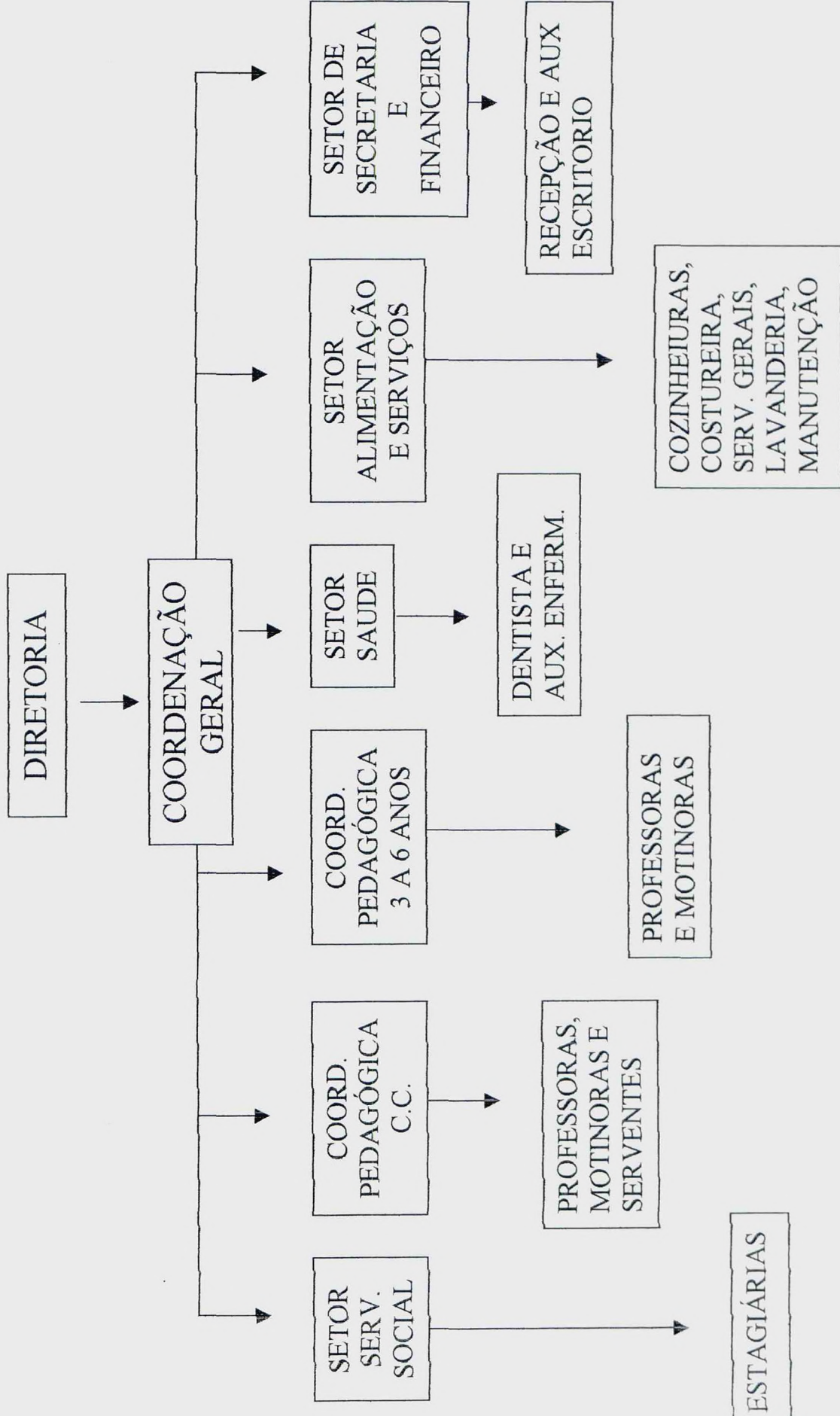
VERONESE, Josiane, R. P. SOUZA, Marli P. MIOTO, Regina C. T. **Infância e Adolescência, o conflito com a Lei:** algumas discussões. Florianópolis, Boiteux, 2001.

WIGGERS, Verena. **A educação infantil no projeto educacional - pedagógico municipal.** Erechim: São Cristóvão, 2000.

ANEXOS

ANEXO-A

ORGANOGRAMA



ANEXO-B

Demanda Reprimida 2004

Consideramos Demanda Reprimido, o número de crianças que fizeram inscrição, porém não conseguiram vaga na instituição em 2004.

- 183 crianças continuam aguardando na fila de espera;
- Destas, 126 aguardam desde janeiro deste ano.

Ordem de criança por faixa etária:

- 1º 2000- 45 crianças.
- 2º 2002- 44 crianças.
- 3º 2003- 42 crianças.
- 4º 1999- 23 crianças.
- 5º 2001- 22 crianças.
- 6º 2004- 06 crianças.
- 7º 1998- 01 criança.